IPSEMC

NOSSA MISSÃO: *"Assegurar os direitos previdenciários dos segurados e dependentes, mantendo o equilíbrio financeiro e atuarial, promover a educação previdenciária e contribuir para gestão responsável do município."*



VALORIZANDO
SEU FUTURO

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA

Referente ao
período de

3º TRIMESTRE DE 2026

Relatório de Governança Corporativa
Cabedelo, 30 de setembro de 2026.

ipsemc.pb.gov.br
facebook.com/ipsemc
instagram.com/ipsemc
Rua Ver. Benedito Ribeiro de Araújo, 648,
Formosa, Cabedelo/PB, CEP: 58.101-132
ipsemc@ipsemc.pb.gov.br
Tel.: (83) 3228-1434 e (83) 3228-4799

SUMÁRIO

Equipe Previdenciária 05
Conselhos Previdenciários 06
1 MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA 07
2 BREVE HISTÓRICO DO IPSEMC 08
2.1 O que é o IPSEMC? 08
2.2 Por que o IPSEMC foi criado? 08
2.3 Diretrizes Estratégicas do IPSEMC 09
Resumo Institucional 10
3 INTRODUÇÃO 11
4 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA – PRO-GESTÃO RPPS 12
4.1 Certificação em Nível III do Pró Gestão RPPS 13
4.3 Grandes áreas de atuação do RPPS segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS 13
5 GESTÃO DE BENEFÍCIOS 14
5.1 Dados dos Segurados..... 14
5.2 Benefícios Concedidos do 3º Semestre 2026 14
5.3 Distribuição por Tipo de Benefício 14
5.4 Benefício por Sexo 15
5.5 Censo Previdenciário – Controle da Base de Dados dos Segurados 16
5.6 Resultado da Prova de Vida até Março 2026 17
5.7 Atuação da Junta Médica do Município 17
6 GESTÃO DE INVESTIMENTOS 18
6.1 Política Anual de Investimentos 2026 18
6.2 Análise da Carteira de Investimentos 19
6.3 Evolução do Patrimônio Liquido 21
6.4 Relação das Instituições Financeiras Credenciadas 22
6.5 Carteira Consolidada até setembro 2026 - Enquadramento 23
6.6 Estratégias de Alocação e a Política Anual de Investimentos 2026 23
6.7 Composição da Carteira de Investimentos 24
6.8 Receitas de Investimentos 25
6.9 Rentabilidade 25
6.10 Índices / Indicadores 26
6.11 Resgate e Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV 26
7 GESTÃO ATUARIAL NO RPPS: A BASE PARA SUSTENTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA.... 27
7.1 Principais Resultados Atuariais 28
7.2 Evolução do Resultado Atuarial 28
7.3 Crescimento do Déficit Atuarial 28
7.4 Impacto das Reformas Previdenciárias 29
7.5 Atualização Cadastral 29
7.6 Evolução da Massa de Segurados 30
7.7 Medidas de Equilíbrio Financeiro e Atuarial Adotadas 30
7.8 Medidas de Equacionamento 30
8 GESTÃO GERAL DO RPPS / IPSEMC 33
8.1 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP 33
8.2 Dimensões: Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Segurança da Previdência..... 34
8.3 Práticas de Gestão Previdenciária sob Controle Interno, Qualidade e Transparência 38
8.4 Pesquisa de Satisfação 43
8.5 Atividades na área de Compensação Previdenciária – COMPREV 49
8.6 Gestão da Ouvidoria Previdenciária do Ipsemc 50
8.7 E-Social no âmbito do Sistema de Governança Previdenciária do Ipsemc 51
8.8 Atividades Jurídicas / Contencioso 53
8.9 Portal do Ipsemc de Cara Nova 54
8.10 Sistema RPPS Digital / Acompanhamento de Processos 54
8.11 Atividades no âmbito das Dimensões: Administrativa, Financeira e Contábil 56
8.12 Atividade da área de Gestão de Arquivo – Documentos 58

8.13 Amostragem Resumida – Desafios Vencidos – Conquistas Obtidas 59
8.14 Metas do Planejamento Estratégico em plena execução 64
8.15 Sobre Bens Patrimoniais 61
8.16 Controle de Certidões de Tempo de Contribuição Recebidas e Emitidas 66
8.17 Conselhos CONDPREV e CONFIPREV 67
8.18 Publicação das Atividades dos Órgãos Colegiados 67
8.19 Considerações Finais 68
9 DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO - CONDPREV 70

Seguir com f*é*, foco e força
não significa ausência de dificuldades.
Significa escolher continuar,
apesar delas.

(Léa Praxedes)

EQUIPE PREVIDENCIÁRIA

Evilásio Cavalcanti Neto
Prefeito

Léa Santana Praxedes
Presidente

Landsberg Famento Nascimento
Assessor Jurídico Previdenciário

João Thomaz da Silva Neto
Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário

Thiago Silveira
Diretor de Gestão Atuarial

Rômulo Gomes Pereira
Diretor de Benefícios Previdenciários

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Assessor de Informática Previdenciário

Guilhardo de Souza Lourenço
Diretor de Gestão de Investimentos

Dárcio Xavier Ferreira
Assessor de Desenvolvimento Institucional e Controle Interno

Thereza Maynara de Almeida Silva
Coordenadora de Benefícios Previdenciários

Vanessa Vencato Lena
Coordenadora de Recursos Humanos Previdenciária

Erivaldo de Lima
Coordenador de Benefícios Previdenciários

Cristiane Jaqueline Felinto
Coordenadora de Diligências Previdenciárias

Daniella Cabral de Albuquerque
Chefe do Setor de Acompanhamento Processual

Fátima Maria de Araújo Pereira
Chefe do Setor de Aposentadorias

Jackson Angelo Pereira
Chefe do Setor de Processamento de Dados

Lia Nazareth Gonçalves
Chefe do Setor de Arquivo

Leni Santana P. Ribeiro
Resp. Setor de Patrimônio e Materiais / Revisão de Linguagem

CONSELHOS PREVIDENCIÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

Léa Santana Praxedes
Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima
Conselheira /Representante dos Servidores Ativos do Poder Legislativo

Juliana de Lima Silva
Conselheira/ Representante dos servidores ativos do Município

Marileide Lourenço da Silva
Conselheira /Representante dos Servidores Inativos do Município

CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONFIPREV

Adriana Maria Morsch Schmid
Conselheira Presidente / Representante dos Segurados Inativos

Lucila Carla Mendes de Queiroz
Conselheiro / Representante dos Servidores Ativos

Edilza da Paixão Rodrigues
Conselheira / Representante da Câmara Municipal - Poder Legislativo

Jackson Ângelo Pereira
Conselheiro/ Representante do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/IPSEMC

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

"Fé para acreditar. Foco para não desviar. Força para não desistir. E coragem para continuar até ver acontecer."

(Léa Praxedes)

SEGUIR COM FÉ, FOCO E FORÇA!

É assim que seguimos fazendo a Gestão Previdenciária acontecer — com responsabilidade, compromisso, coragem e, acima de tudo, respeito àquilo que a legislação determina.

Fazer gestão previdenciária é muito mais do que cumprir normas. É planejar, organizar, acompanhar, corrigir caminhos e tomar decisões responsáveis, sempre pensando na proteção dos segurados e na sustentabilidade do nosso RPPS.

Nem sempre o caminho é fácil. Há desafios, cobranças e obstáculos, mas seguimos firmes, porque sabemos onde queremos chegar: à excelência na gestão, às boas práticas de governança e a um RPPS cada vez mais forte, transparente e eficiente.

Seguimos fazendo o que precisa ser feito, como legalmente deve ser feito, com ética, responsabilidade e compromisso com o futuro e com:

- FÉ para acreditar, mesmo quando ainda não conseguimos enxergar o resultado. É confiar que Deus está conduzindo cada passo, inclusive aqueles caminhos que parecem difíceis demais.
- FOCO para não perder de vista o propósito. É permanecer firme, mesmo diante das distrações, críticas e obstáculos, sabendo onde queremos chegar e por que começamos.
- FORÇA para continuar quando o caminho pesa. É levantar depois das quedas, aprender com as dificuldades e seguir em frente sem desistir dos sonhos.

Porque quando existe propósito, trabalho sério e compromisso, a gestão acontece — e acontece da maneira certa!

2. BREVE HISTÓRICO DO IPSEMC

"A Constituição de 1988 impôs à União a adoção de um Regime Jurídico Único, havendo na época, o entendimento legal de que o único regime que caberia aos servidores seria o estatutário".

A Constituição também impôs o pagamento de aposentadoria integral aos seus servidores possibilitando que os entes federativos criassem seus regimes próprios de previdência. Em 1993, o cenário nacional apresentava-se muito caótico principalmente pela ausência de uma legislação que disciplinasse a questão, além do insucesso das experiências obtidas pelos Estados e Municípios, os quais abrigaram sob o mesmo manto a previdência e a assistência à saúde dos servidores e familiares, sem a devida previsão orçamentária. Alguns regimes previdenciários só previam contribuição para pagamentos de pensões e assistência à saúde, cabendo aos cofres públicos o pagamento das aposentadorias o que acabou por inviabilizar muitas administrações públicas. O Prefeito José Francisco Régis, à época, compreendeu a necessidade de se criar um sistema de previdência para os servidores municipais objetivando assegurar o direito constitucional a uma aposentadoria integral de forma a não comprometer as finanças públicas do Município de Cabedelo.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho que, durante dois anos, estudou, pesquisou, realizou cursos, elaborou um anteprojeto de lei, promoveu discussões internas bem aprofundadas, acarretando por diversas vezes a reelaboração do anteprojeto de lei, pois o processo de discussão assim o exigia. Destacam-se a participação da Secretaria de Administração e da Procuradoria-Geral do Município que, de forma muito responsável, contribuiu significativamente para este processo.

Como resultado deste desafio, em 23 de julho de 1993, é criado o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo (IPSEMC), pela Lei nº 687/93, a qual passou a vigorar em 28/07/93 - publicada no Diário Oficial do Estado - DOE. O tempo, o dia a dia, a Lei 9717/98 e a Emenda Constitucional nº 20/98, trouxeram a necessidade de adequação da legislação do Ipsemc, o que foi concretizado pela Lei nº 1000/2000 e em 22/08/2008 foi atualizada e consolidada pela Lei 1.412/2008 e publicada no DOE."

2.1 O que é o IPSEMC?

O IPSEMC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, criado pela Lei Municipal nº 687/93, de 28/07/93, composto por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo.

2.2 Por que o IPSEMC foi criado?

Para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis para sua manutenção em situação de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão e morte, e assim garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao mesmo juntamente com a Administração Municipal, a Diretoria Executiva do IPSEMC e seus Conselhos.

2.3 Diretrizes Estratégicas do IPSEMC

2.3.1 Missão

Assegurar os direitos previdenciários dos segurados e dependentes, mantendo o equilíbrio financeiro e atuarial, promover a educação previdenciária e contribuir para gestão responsável do município.

2.3.2 Slogan

"Valorizando o seu futuro."
"Zele esta casa. Hoje você a sustenta. Amanhã será sustentado por ela."

2.3.3 Visão

Ser referência na gestão previdenciária, com inovação e sustentabilidade, garantindo a segurança financeira e social dos nossos segurados.

2.3.4 Valores

- **Transparência**
  Aprimorar a transparência e a honestidade institucional de modo a aumentar confiança, a respeitabilidade com os segurados e sociedade em geral.

- **Excelência na Gestão**
  Promover a melhoria contínua dos resultados organizacionais, de forma lógica e sustentável, mantendo a conformidade com os padrões comparáveis aos das melhores organizações previdenciárias.

- **Sustentabilidade**
  Desenvolver a cultura da responsabilidade institucional e, socioambiental visando realizar ações que contribuirão para o bem-estar e a defesa dos interesses dos previdenciários e da sociedade.

- **Educação Previdenciária**
  Fortalecer a educação continuada visando disseminar o conhecimento previdenciário com informações de qualidade; promover ações educacionais com o propósito de conscientizar aos segurados sobre seus deveres e direitos.

- **Ética**
  Ética: Agir de acordo com os princípios morais que delimitam as relações pessoais e impessoais descritas no Código do IPSEMC.

Jingle + slogan do IPSEMC: "Zele esta casa. Hoje você a sustenta, amanhã será sustentado por ela. Ipsemc valorizando o seu futuro!"

RESUMO INSTITUCIONAL

OPERALIZAÇÃO TÉCNICA DAS ATIVIDADES DO IPSEMC NO ÂMBITO DO PRÓ-GESTÃO RPPS

3. INTRODUÇÃO

"Fé para acreditar, foco para não perder o propósito e força para vencer cada desafio."
(Léa Praxedes)

Como sempre deixamos claro com fé, foco e força, continuamos pautados por nossos valores no cumprimento de nossa missão institucional aprimoramos ano a ano nossas práticas de governança corporativa, a partir de autoavaliações, critérios, regulamentos e conceitos de excelência do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – "Pró-Gestão RPPS". Entre as boas práticas adotadas destacam-se: (1) Dimensão/Pilar: Controle Interno: (a) Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPR; (b) Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS; (c) Capacitação e certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco; (d) Estrutura de controle interno; (e) Política de segurança da informação; (f) Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. (2) Dimensão/Pilar: Governança Corporativa: (a) Relatório de Governança Corporativa; (b) Planejamento; (c) Relatório de gestão atuarial; (d) Código de ética da Instituição; (e) Políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; (f) Política de investimentos; (g) Comitê de investimentos; (h) Transparência; (i) Definição de limites de alçadas; (j) Segregação das atividades: (l) Ouvidoria; (m) Diretoria executiva; (n) Conselho fiscal; (o) Conselho deliberativo; (p) Mandato, representação e recondução; (q) Gestão de pessoas e (3) Dimensão / Pilar: Educação Previdenciária: (a) Plano de ação de capacitação; e (b) Ações de diálogo com segurados e a sociedade.

Observa-se que, a cada momento, temos que reforçar o nosso compromisso e posicionamento público previdenciário, pois somos signatários de um pacto de responsabilidade e integridade com a previdência pública, objetivando construir uma previdência sustentável que sirva de exemplo e estimule outros a seguir o mesmo rumo.

A anormalidade causada pelas ocorrências no ambiente externo proporciona, muitas vezes, preocupações tendo em vista que lidamos com ativos e passivos que dizem respeito à vida presente e futura dos nossos segurados e, incorporar mudanças em tempos difíceis ocasiona uma carga de trabalho dobrada uma vez que acumulamos muitas funções como dirigentes de RPPS, mesmo assim, conseguimos atenuar as demandas e atualizar o que era preciso objetivando o atingimento das metas que havíamos planejado.

Enfim, este relatório tem por objetivo proporcionar aos órgãos fiscalizadores, a consolidação de informações relevantes inerentes ao segundo trimestre de 2026 até mesmo por serem de interesse público, pois é uma forma de prestação de contas aos segurados e à sociedade, e reforça o nosso compromisso com a transparência pública. Sua elaboração cumpre com as exigências do Ministério da Previdência para a obtenção da certificação no Programa de Certificação Pró-Gestão (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017). Esta edição apresenta o resultado das ações realizadas no segundo trimestre 2026 reforçando o nosso compromisso corporativo com os valores e princípios éticos que defendemos e que com qualidade e transparência nos norteiam quanto ao cumprimento da missão institucional mesmo em meio às incertezas.

4. PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA – PRO-GESTÃO RPPS

O Programa de Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS é uma iniciativa do Ministério da Previdência Social, instituída pela Portaria MPS nº 185/2015, com o objetivo de estimular a melhoria contínua da gestão, da governança e da sustentabilidade dos RPPS dos entes federativos.

🎯 Objetivo central

Promover boas práticas de gestão previdenciária, fortalecendo os controles internos, a transparência, a eficiência administrativa e a segurança na administração dos recursos que garantem os benefícios presentes e futuros dos segurados.

🧭 Estrutura do Pró-Gestão RPPS

O programa é baseado em pilares de avaliação, que medem o grau de maturidade do RPPS, e em níveis de certificação (I, II, III e IV), sendo o Nível IV o mais elevado. Principais dimensões avaliadas:

- **Governança Corporativa**
  Avalia a atuação dos conselhos (Deliberativo e Fiscal), comitês, segregação de funções, tomada de decisões e responsabilidade institucional.
- **Controles Internos**
  Verifica a existência e efetividade de normas, procedimentos, gestão de riscos, conformidade legal e auditorias.
- **Gestão e Transparência**
  Analisa planejamento estratégico, políticas institucionais, divulgação de informações, relatórios de governança e comunicação com os segurados.
- **Educação Previdenciária**
  Incentiva ações de capacitação contínua para gestores, conselheiros, servidores e segurados.

🏅 Certificação

A adesão ao Pró-Gestão RPPS é voluntária, e a certificação é concedida por entidade certificadora credenciada, mediante auditoria independente. Cada nível alcançado demonstra o grau de amadurecimento da gestão previdenciária do RPPS.

📈 Benefícios do Pró-Gestão RPPS

- Fortalecimento da **credibilidade institucional**
- Melhoria da **qualidade da gestão e dos controles**
- Maior **segurança na aplicação dos recursos**
- Estímulo à **transparência e à Accountability**
- Contribuição direta para a **sustentabilidade atuarial e financeira**
- Valorização do papel dos **gestores e conselheiros**

🏛️ Importância estratégica

O Pró-Gestão RPPS se consolidou como uma ferramenta essencial de governança previdenciária, alinhando os regimes próprios às melhores práticas do setor público, reforçando a responsabilidade na gestão dos recursos e assegurando a proteção dos direitos previdenciários dos servidores.
Em síntese, o Pró-Gestão RPPS não é apenas uma certificação, mas um compromisso permanente com a excelência, a transparência e a sustentabilidade da previdência pública.

4.1 Certificação em Nível III do Pró-Gestão RPPS

Essa conquista representa um marco significativo, resultado do esforço coletivo, comprometimento e dedicação da equipe. A certificação em Nível III demonstra a capacidade da instituição de implementar padrões elevados de governança, transparência e eficiência, evidenciando que o serviço público pode e deve ser um exemplo de excelência. A seguir, flashe do último certificado:



Imagem: 01 – Certificado do Pró Gestão RPPS.

4.2 Grandes áreas de atuação do RPPS segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO	ATIVIDADES RELACIONADAS
ADMINISTRATIVA	Área de Suporte Administrativo aos setores internos da unidade gestora.	Contratos, compras, licitações, material de almoxarifado, imóveis, bens patrimoniais, recursos humanos, protocolo, arquivo geral, serviços gerais.
ARRECADAÇÃO	Área de controle de repasse das contribuições previdenciárias e aportes.	Controle de repasse das contribuições e aportes, cobrança de débitos, servidores licenciados, cedidos ou afastados sem remuneração.
ATENDIMENTO	Área de serviços de atendimento aos servidores, aposentadora e pensionistas.	Atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico, ouvidoria.
ATUARIAL	Área de estudos e acompanhamento dos resultados das avaliações atuariais.	Acompanhamento atuarial, elaboração de relatório de gestão atuarial.
BENEFÍCIOS	Área de concessão, implantação, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.	Análise, concessão e revisão de benefícios, gestão da folha de pagamento.
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Área de atividades específicas de compensação previdenciária, como regime instituidor- RI ou regime de origem – RO.	Procedimentos de envio e análise de requerimentos via sistema COMPREV.
FINANCEIRA	Área de gestão e controle financeiro.	Tesouraria, orçamento, contabilidade geral.
INVESTIMENTOS	Área de estudos, tomada de decisão e acompanhamento dos resultados das aplicações dos recursos do RPPS.	Operações de investimentos, análises de risco e gestão dos ativos mobiliários e imobiliários, elaboração da política de investimentos, credenciamento das instituições financeiras.
JURÍDICA	Área de consultoria e defesa judicial da unidade gestora do RPPS.	Pareceres em processos de contratação, processos de concessão de benefícios e revisão da legislação, defesa em processos judiciais e cumprimento das decisões judiciais.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Área de apoio de informática e manutenção de bases de dados.	Segurança, acesso e operacionalização dos sistemas de informática e das bases de dados.

Tabela - Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS/SPREV/ME

5. GESTÃO DE BENEFÍCIOS / DADOS DOS SEGURADOS

5.1 Dados dos Segurados

	QUANTIDADE		
CATEGORIA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Servidores Ativos	2.191	2.174	2.182
Aposentados	593	602	605
Pensionistas	131	133	133
TOTAL GERAL	2.947	2.936	2.920

5.2 Benefícios Concedidos no 3º Trimestre 2026

Benefícios Concedidos	QTDE
Aposentadorias	20
Pensões	02
TOTAL DE BENEFÍCIOS	22

Tabela: Benefícios Concedidos

5.2.1 Amostragem gráfica da concessão de benefícios – 3º Trimestre 2026

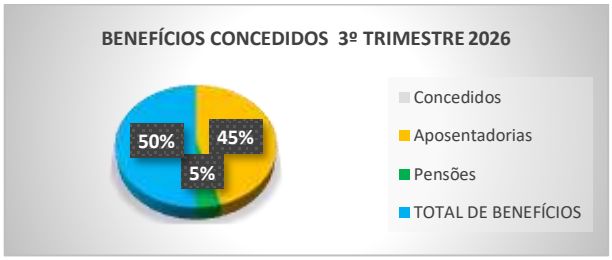


Gráfico: Concessão de Benefícios

5.3 Distribuição por tipo de benefício concedido até setembro 2026

ATÉ 3º Trimestre 2026	QTDE	%
Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Professor)	187	31%
Aposentadoria por Tempo de Contribuição (normal)	235	39%
Aposentadoria por Invalidez	86	14%
Aposentadoria Compulsória	09	2%
Aposentadoria Voluntária por Idade	75	12%
Aposentadoria Especial	08	1%
Aposentadorias (Câmara Municipal)	05	1%
Pensão por Morte de Aposentado	49	36,8%
Pensão por Morte de Ativo	84	63,15%
TOTAIS ATÉ SETEMBRO 2026		
APOSENTADOS	605	
PENSIONISTAS	133	
TOTAL GERAL	**738**	

Tabela: Tipos de Benefícios concedidos

5.3.1 Amostragem gráfica por tipo de benefício

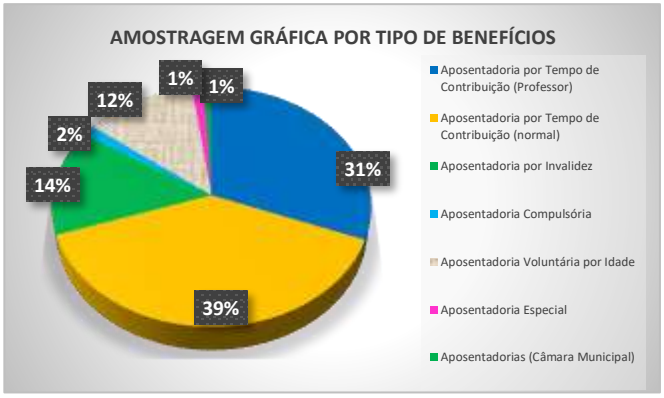


Gráfico: Tipos de Benefícios

5.4 Benefícios por sexo

Aposentados por Sexo Exercício 2026		Pensões por morte de aposentado Exercício 2026		Pensões por morte de ativo Exercício 2026	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
107	498	20	29	36	48

Tabela: Inativos e pensionistas por sexo

5.4.1 Amostragem gráfica



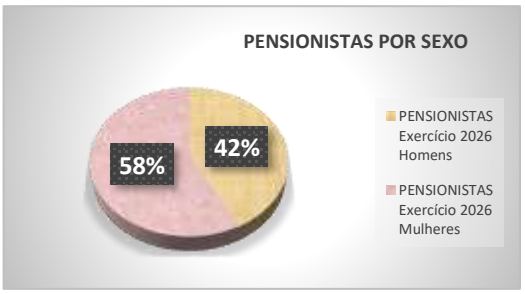


Gráfico:: Comparativo aposentados e pensionistas por sexo.

5.5 Censo Previdenciário (Gestão e Controle da Base de Dados)

5.5.1 O que é?

O grande Censo Previdenciário concluído, que incluiu a atualização cadastral, funcional e financeira, pois desempenha um papel estratégico na gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Sua principal finalidade é manter a base de dados atualizada, abrangendo todos os segurados — servidores efetivos, aposentados, pensionistas e seus dependentes.: aposentados e pensionistas.

Como prática de governança corporativa previdenciária, o IPSEMC executa sua rotina anual de atualização cadastral de forma contínua no mês de aniversário de cada beneficiário. Para os segurados residentes fora da região metropolitana ou impossibilitados de comparecer à sede, utiliza-se a ferramenta WhatsApp Empresarial, com chamadas de vídeo para validação do censo e realização da prova de vida, ou prova de vida pelo Portal do instituto.

5.5.2 Fundamentação Legal

A realização do censo atende a requisitos legais estabelecidos no art. 3º, § 4º da Lei nº 10.887/2004 e no art. 15, inciso II, da Orientação Normativa nº 02/2009, que determinam a realização de recenseamentos previdenciários com periodicidade máxima de cinco anos.

- **Lei Federal nº 10.887/2004, Art. 3º, § 4º:**

  "Para efeito do disposto no caput deste artigo, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) procederão, no mínimo a cada cinco anos, ao recenseamento previdenciário."

- **Orientação Normativa nº 02/2009, Art. 15:**

  "II – procederá ao recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos."

Além disso, a Portaria nº 1.467/2022 reforça a importância de uma base cadastral precisa, destacando que inconsistências devem ser corrigidas antes da próxima avaliação atuarial, sob pena de impactos negativos nos resultados atuariais.

5.5.3 Importância Estratégica

A participação no censo previdenciário gera diversos benefícios para o RPPS e para os próprios segurados, sendo fundamental para:

a) **Avaliação Atuarial Eficiente:** Uma base de dados consistente permite maior precisão na avaliação atuarial, fundamental para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

b) **Compensação Previdenciária:** Conforme o art. 34 da Portaria nº 1.467/2022, a atualização cadastral é essencial para o cálculo correto do tempo de contribuição do segurado e para a compensação entre regimes previdenciários.

c) **Gestão Eficiente:** Uma base de dados atualizada melhora a gestão de benefícios, como concessão de aposentadorias, cálculo da folha de pagamento e arrecadação de contribuições.

5.5.4 Gestão Integrada com o eSocial

A implementação do eSocial promete ganhos significativos na governança previdenciária, unificando documentos e informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas em um ambiente único. Essa integração trará mais eficiência e segurança na gestão dos dados dos servidores públicos.

5.5.5 Resumo

O grande censo previdenciário incluindo todos os aposentados, pensionistas e servidores pertencentes ao quadro de provimento efetivo, foi concluído a ponto de obter um resultado espetacular com o registro de comparecimento: Aposentados = 100%. Pensionistas = 100% e Servidores Efetivos = 100%. No presenta exercício, conforme rotina anual, a atualização cadastral / prova de vida ocorrem normalmente no mês de Aniversário do segurado. Com uma base de dados atualizada e integrada ao eSocial, o IPSEMC estará cada vez mais preparado para enfrentar desafios e garantir benefícios com transparência e eficiência.

5.6 Resultado da Prova de Vida dos Aposentados e Pensionistas no 3º Trimestre 2026

Neste exercício a atualização cadastral / prova de vida continuam a todo vapor dentro da normalidade. Para os que não comparecem o pagamento é bloqueado o que tem dado resultado no comparecimento. Os que estão acamados é feita visita domiciliar e realizada a prova de vida. Conforme relatório emitido pela Coordenação de RH contendo o registro referente ao 1º trimestre, foi apresentado o resultado a seguir:

PROVA DE VIDA 2026 (3º Trimestre 2026)	
APOSENTADOS	**PENSIONISTAS**
135	**32**
FALECIDOS / EXTINÇÃO	
05	**01**

Figura: (Fonte: Relatório sobre Prova de Vida emitido pelo SERPRO ref. 3º Trimestre 2026)

5.7 Atuação da Comissão de Junta Médica do Município

A Comissão de Junta Médica do Município atua no âmbito da Secretaria de Administração junto ao Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, e continua desenvolvendo os trabalhos de avaliação dos processos de licença para tratamento de saúde, aposentadoria por incapacidade / invalidez, aposentadoria especial, entre outros, no âmbito do Município de Cabedelo, objetivando a oferta dos laudos periciais necessários à concessão de benefícios do tipo.

6. GESTÃO DE INVESTIMENTOS NO RPPS

6.1 Política Anual de Investimentos (PAI 2026)

📌 O que é a PAI no RPPS?

A PAI é um documento formal, elaborado anualmente, que estabelece diretrizes, limites, estratégias e critérios para a aplicação dos recursos financeiros do RPPS, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Resolução CMN nº 4.963/2021, substituída pela a Resolução CMN n° 5.272, datada de 18/12/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPS e normativos da Secretaria de Previdência.

- **Objetivo central** é assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial, garantindo recursos suficientes para o pagamento dos benefícios presentes e futuros.

🎯 Objetivos Específicos da Política Anual de Investimentos: a PAI busca:

- Preservar o patrimônio previdenciário;
- Obter rentabilidade compatível com a meta atuarial;
- Controlar e mitigar riscos (mercado, crédito, liquidez, operacional e legal);
- Assegurar liquidez para o pagamento regular dos benefícios;
- Promover transparência e governança na gestão dos investimentos.

Principais diretrizes da PAI: A Política Anual de Investimentos contempla, entre outros pontos:

- Cenário macroeconômico (inflação, juros, crescimento econômico);
- Alocação estratégica e tática dos recursos;
- Segmentos de aplicação (renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, conforme permitido);
- Limites de aplicação por tipo de ativo e emissor;
- Critérios para seleção de instituições financeiras e gestores;
- Parâmetros de avaliação de desempenho;
- Regras de governança, controle e monitoramento.

Papel dos órgãos de governança: A construção e execução da PAI envolve:

- **Gestor do RPPS**- responsável pela condução e execução;
- **Comitê de Investimentos** - que analisa cenários, riscos e estratégias;
- **Conselho Deliberativo** - que aprecia e aprova a PAI;
- **Conselho Fiscal** - que acompanha e fiscaliza a execução;
- **Órgãos de controle externo** - que avaliam a conformidade e a boa gestão.

Importância da PAI para o RPPS: A Política Anual de Investimentos é essencial porque:

- Fortalece a segurança jurídica das decisões de investimento;
- Reduz riscos de decisões discricionárias ou inadequadas;
- Demonstra responsabilidade com recursos públicos;
- Atende aos princípios da legalidade, prudência, transparência e eficiência;
- Contribui diretamente para a sustentabilidade do regime.

Ademais a PAI no nosso RPPS não é apenas uma exigência legal, mas um instrumento estratégico de gestão previdenciária, que reflete o compromisso institucional com o futuro dos segurados. Uma política bem estruturada, alinhada ao perfil do regime e à sua realidade atuarial, é decisiva para garantir estabilidade, solvência e confiança no sistema previdenciário.

Como se trata de um assunto complexo em termos da correta aplicação dos recursos, elaboramos esse documento sob a assessoria da Empresa Crédito & Mercado do Estado de São Paulo, envolvendo o Comitê de Investimentos - COI do Ipsemc e os Conselhos Previdenciários na formulação dessa política, dentro do que preveem as normas supracitadas, disponível no Portal do Ipsemc: www.ipsemc.pb.gov.br.



Imagem: PAI 2026

Imagem 02: *Print* das PAI divulgado no Portal do Ipsemc – Menu: Investimentos > Política de Investimentos > Política de Investimentos 2026

Evidência/Comprovação: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/politica2025.pdf e http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/politica2026.pdf

6.2 Análise da Carteira de Investimentos

A Carteira de Investimentos é trabalhado com enorme esforço, atenção e dedicação exclusiva, tendo em vista que envolve riscos diversos, que são variáveis externas que acabam interferindo para melhor ou para pior, face às mudanças, na economia nacional e internacional, movimentos no exterior, comportamentos mercadológicos, ocorrências geopolíticas. Está diversificada em 33 (trinta e quatro) fundos de investimentos, sendo 16 em Renda Fixa e 14 em Renda Variável e 3 Fundos no Exterior, com isso tenta-se evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador, razão porque segmenta-se dessa forma, visto que com uma diversificação responsável e comprometida, forma-se uma carteira de ativos com uma estratégia ancorada em diferentes indexadores justamente para proporcionar o equilíbrio e o balanceamento necessários à uma melhor e maior segurança, liquidez, o que redundará na mitigação de riscos.

Neste sentido o IPSEMC busca cumprir e andar dentro do que dispõe as normas especificadas:

I- Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, (doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 5.272/2025") e a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (doravante denominada simplesmente

"Portaria nº 1.467/2022"), que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

II- Portaria 1.467/2022, de 2 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, Art. 251, conforme previsto nos §§ 2º e 3º do art. 11 da Lei 11.457, de 16 de março de 2007, por meio da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, delegando o credenciamento e outras disposições;

III- Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, da Secretaria de Previdência Social, que institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS";

IV- Política Anual de Investimentos – PAI/2026 baixada e publicada no Portal do Ipsemc http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/politica2026.pdf.

V- Portaria Ministerial nº 1.467/2022 - Disciplina também os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

A análise de uma carteira de investimentos previdenciários envolve a avaliação de ativos e estratégias que visam garantir a segurança e o crescimento do patrimônio ao longo do tempo, especialmente com o objetivo de prover recursos para a aposentadoria. Aspectos-chave a serem considerados ao analisar uma carteira de investimentos previdenciários:

Perfil do Investidor:
Anda temos um perfil conservador porque lidamos com recursos de terceiros que visam o pagamento de benefícios concedidos e a conceder. Isso é crucial para determinar a alocação de ativos apropriada. Investidores mais conservadores podem preferir uma alocação maior em ativos de renda fixa, enquanto investidores mais arrojados podem optar por uma maior exposição a ativos de renda variável.

Diversificação:
A diversificação é uma estratégia fundamental para reduzir o risco da carteira. Para isso vivemos em alerta para que a carteira esteja distribuída entre diferentes classes de ativos, setores e geografias. Isso pode incluir ações, títulos, fundos imobiliários, entre outros em conformidade com a legislação pertinente.

Horizonte de Investimento:
Considerar o horizonte de investimento, especialmente em investimentos previdenciários é essencial. Se a aposentadoria estiver a longo prazo, pode haver mais flexibilidade para alocar em ativos de maior volatilidade, visando maiores retornos a longo prazo.

Tributação:
Entender as implicações tributárias dos investimentos escolhidos. Alguns investimentos previdenciários podem ter vantagens fiscais, como a previdência privada, por exemplo. Avaliar como os ganhos de capital e os rendimentos serão tributados ao longo do tempo.

Custos:
Estar ciente dos custos associados aos investimentos, como taxas de administração, corretagem e impostos. Minimizar esses custos pode aumentar os retornos líquidos ao longo do tempo.

Rebalanceamento:
Periodicamente, reavaliar a carteira e fazer ajustes conforme necessário para manter a alocação desejada. O rebalanceamento ajuda a garantir que a carteira continue alinhada aos objetivos de longo prazo, ajustando-se às mudanças nas condições de mercado.

Acompanhamento:
Manter-se atualizado com as condições econômicas, eventos do mercado e mudanças nas regulamentações que possam afetar a carteira. A revisão periódica e a adaptação às mudanças nas circunstâncias são fundamentais.

Reserva de Emergência ou Contingência:
Certificar-se de que o investidor deve se prevenir com os aspectos relacionados à reserva de emergência. Isso evita a necessidade de resgatar investimentos previdenciários em momentos inoportunos devido a despesas sem planejamento.

Toda essa complexa gestão e suas consequentes elevadas dinâmicas nos faz depender da orientação de profissionais financeiros, para isso temos uma consultoria para auxiliar nas análises mais aprofundadas e personalizadas da carteira de investimentos, pois é um pilar / dimensão crucial na garantia dos benefícios concedidos e a conceder, neste sentido o IPSEMC segue lutando, diversificado a carteira de investimentos após todo um estudo e pesquisa realizados com o objetivo de minimizar as perdas ocorridas e melhorar a relação risco/retorno.

Todos os meses o IPSEMC também analisa a carteira de investimentos emitindo relatório mensal publicado no Portal www.ipsemc.pb.gov.br no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx.

6.3 Evolução do Patrimônio

O Patrimônio Líquido do Instituto teve nestes últimos três meses teve uma evolução linear tendo em vista os inúmeros eventos nacionais e globais representam variáveis externas sobre as quais não temos controle. Ao longo do período, apesar de tudo, tivemos um resultado positivo na carteira institucional. Nesse primeiro trimestre ocorreram picos negativos em alguns fundos como consequência dos eventos domésticos e globais e suas variantes, guerras, eventos políticos nacionais e internacionais que impactam o mercado econômico-financeiro seja para melhor ou para pior. Por mais que nos comportemos de modo conservador tentando proteger a carteira de investimentos institucionais não há como evitar certas ingerências mercadológicas que são variáveis externas. Navega-se, desde então em ambiente cheio de nebulosidades, sob o espectro de riscos, pois eles existem até porque não se tem certeza de nada. Não é nada fácil administrar recursos que devem garantir benefícios concedidos e a conceder. A luta, a batalha são diuturnas para atingir a tão difícil meta atuarial em um ambiente volátil, oscilante, complexo, cheio de fatores negativos que, muitas vezes, não contribuem, todavia, temos que ser otimistas para ascender sobre eles e continuar lutando até alcançar o alvo. Com toda variedade de provações a meta atuarial pode ser superada, diferentemente do exercício anterior.

Até aqui vamos superando a meta atuarial e isso representa um dos mais relevantes indicadores de êxito na gestão previdenciária, evidenciando equilíbrio, responsabilidade e eficiência na administração dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Contribui diretamente para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, reduzindo déficits, ampliando a sustentabilidade do sistema e transmitindo maior segurança aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Além disso, demonstra alinhamento com as boas práticas de gestão, transparência e responsabilidade fiscal.

Lidando com variáveis externas, complexas e incontroláveis, lutando todos os dias na administração de nossa carteira. No final de dezembro a Carteira de Investimentos foi consolidada no valor de R$ 438.528.084,52. No final deste trimestre fechamos com o montante de R$ 494.855.870,23, ocasionando um acréscimo da ordem de R$ 56.327.785,71 na carteira de investimentos institucionais.

Esse desempenho positivo é fruto de uma gestão comprometida com o planejamento estratégico, o cumprimento rigoroso da Política Anual de Investimentos, a diversificação responsável da carteira e o acompanhamento permanente dos riscos e oportunidades do mercado financeiro. Também reflete a atuação integrada dos conselhos, do comitê de investimentos e da equipe técnica, que exercem papel fundamental na governança previdenciária.

6.4 Relação das Instituições Financeiras Credenciadas

As Instituições Financeiras estão devidamente credenciadas no IPSEMC, a relação dos gestores/administradores são exatamente as relacionadas na tabela a seguir:

Nº	ENTIDADE	CNPJ	DATA DE VENCIMENTO
1	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42	24/07/2028
2	SOMMA INVESTIMENTOS S.A	05.563.299/0001-06	24/07/2028
3	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	10.231.177/0001-52	24/07/2028
4	SANTANDER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.	03.502.968/0001-04	24/07/2028
5	INTRAG DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	62.418.140/0001-31	24/07/2028
6	INTER ASSET GESTAO DE RECURSOS LTDA	05.585.083/0001-41	18/10/2026
7	INTER DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA	18.945.670/0001-46	18/10/2026
8	GENIAL INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS S.A.	27.652.684/0001-62	18/10/2026
9	XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO,TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A	02.332.886/0001-04	02/04/2027
10	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	68.622.174/0001-20	02/04/2027
11	FINACAP INVESTIMENTOS LTDA.	01.294.929/0001-33	02/04/2027
12	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA	04.506.394/0001-05	14/08/2027
13	SUL AMERICA GESTORA DE RECURSOS S.A.	21.813.291/0001-07	14/08/2027
14	BTG PACTUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	09.631.542/0001-37	14/08/2027
15	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	59.281.253/0001-23	14/08/2027
16	SANTANDER CACEIS BRASIL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A	62.318.407/0001-19	05/09/2027
17	ATINA ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.	40.171.197/0001-46	18/09/2027
18	BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12	18/05/2028
19	GRID ASSESSOR DE INVESTIMENTO LTDA	17.203.539/0001-40	18/09/2027
20	ITAÚ UNIBANCO S.A.	60.701.190/0001-04	18/09/2027
21	PRIVATIZA ASSESSORES DE INVESTIMENTOS LTDA	00.840.515/0001-08	18/09/2027
22	MONGERAL AEGON RENDA VARIÁVEL LTDA	37.995.213/0001-00	01/09/2027
23	BAHIA AM RENDA VARIAVEL LTDA	13.143.849/0001-66	19/01/2028
24	BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.	01.522.368/0001-82	19/01/2028
25	BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	00.066.670/0001-00	19/01/2028
26	CAIXA DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.	42.040.639/0001-40	19/01/2028
27	CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS	10.626.543/0001-72	19/01/2028
28	RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA	03.864.607/0001-08	19/01/2028
29	XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA.	16.789.525/0001-98	19/01/2028
30	ITAÚ UNIBANCO ASSET MANAGEMENT LTDA	40.430.971/0001-96	17/04/2028
31	4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA	03.983.856/0001-12	18/05/2028
32	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00.360.305/0001-04	18/05/2028
33	BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	30.822.936/0001-69	18/05/2028
34	GAMA INVESTIMENTOS LTDA	08.885.512/0001-94	25/06/2028
35	MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA	16.500.294/0001-50	25/06/2028
36	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	07.237.373/0001-20	25/06/2028

Todos as Instituições Financeiras Credenciadas no IPSEMC estão contidas no site do IPSEMC (www.ipsemc.pb.gov.br) e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx com os respectivas formulários e datas de credenciamento. As que têm seu credenciamento desatualizado foram notificadas a proceder à regularização.

6.5 Carteira Consolidada até o mês de Setembro 2026 (Saldos conciliados fundos de investimentos em bancos) / Enquadramento

O Quadro abaixo apresenta a relação de fundos de investimentos do IPSEMC ao longo do trimestre, indicando que todos estão devidamente enquadrados nas normas legais. Os valores são referentes ao período até setembro de 2026. Ainda são indicados a liquidez, saldo, participação na carteira do instituto cotistas e enquadramentos.

A Carteira de Investimentos do IPSEMC tem o seguinte Enquadramento até 3º trimestral/2026:

CNPJ	FUNDO	CARÊNCIA	SALDO	ENQUADRAMENTO LEGAL
35.292.588/0001-89	BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Não há	21.304.067,77	Artigo 7º, Inciso I
03.543.447/0001-03	BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	Não há	28.469.778,88	Artigo 7º, Inciso I
11.328.882/0001-35	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Não há	68.015.749,32	Artigo 7º, Inciso I
46.134.096/0001-81	BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1795 dias	5.943.150,86	Artigo 7º, Inciso I
08.266.261/0001-60	BNB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	Não há	1.061.144,12	Artigo 7º, Inciso I
23.215.097/0001-55	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	Não há	56.433.799,97	Artigo 7º, Inciso I
14.386.926/0001-71	CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	Não há	48.016.182,78	Artigo 7º, Inciso I
11.061.217/0001-28	CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	Não há	25.177.608,72	Artigo 7º, Inciso I
10.740.670/0001-06	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	Não há	34.179.622,99	Artigo 7º, Inciso I
21.838.150/0001-49	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	Não há	3.970.986,96	Artigo 7º, Inciso I
07.861.554/0001-22	BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	Não há	10.136.821,40	Artigo 7º, Inciso V
08.246.318/0001-69	BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-GERAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	Não há	20.324.908,71	Artigo 7º, Inciso V
03.737.206/0001-97	CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	Não há	1.868.018,07	Artigo 7º, Inciso V
02.224.354/0001-45	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	Não há	39.761.695,39	Artigo 7º, Inciso V
17.138.474/0001-05	SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Não há	4.191.446,74	Artigo 7º, Inciso VII
28.206.220/0001-95	SOMMA TORINO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	Não há	4.127.504,40	Artigo 7º, Inciso VII
09.550.197/0001-07	4UM SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Não há	3.693.707,77	Artigo 8º, Inciso I
34.791.108/0001-61	AZ QUEST SMALL MID CAPS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	10.082.661,71	Artigo 8º, Inciso I
11.392.165/0001-72	AZ QUEST SMALL MID CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	4.258.650,46	Artigo 8º, Inciso I
09.635.172/0001-06	BAHIA AM VALUATION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	13.528.111,06	Artigo 8º, Inciso I
29.258.294/0001-38	BB VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	19.538.887,97	Artigo 8º, Inciso I
63.375.216/0001-51	BNB SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Não há	4.068.288,40	Artigo 8º, Inciso I
11.182.064/0001-77	CONSTÂNCIA FUNDAMENTO RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Não há	12.502.831,38	Artigo 8º, Inciso I
05.964.067/0001-60	FINACAP MAURITSSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Não há	5.597.602,82	Artigo 8º, Inciso I
24.571.992/0001-75	ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	2.927.555,24	Artigo 8º, Inciso I
42.494.899/0001-96	MAG SELECTION RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Não há	2.484.861,42	Artigo 8º, Inciso I
40.190.534/0001-42	4UM BDR RESP LIMITADA FIF AÇÕES	Não há	1.611.282,04	Artigo 8º, Inciso III
35.002.482/0001-01	AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	4.486.720,36	Artigo 9º, Inciso II
37.308.394/0001-50	GAMA SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS USD IS INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	Não há	2.283.106,77	Artigo 9º, Inciso II
51.994.269/0001-71	MAG GLOBAL EQUITY BRL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES I	Não há	759.423,28	Artigo 9º, Inciso II
08.070.841/0001-87	CAIXA ALOCAÇÃO MACRO RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	Não há	16.680.832,34	Artigo 10º, Inciso I
14.120.520/0001-42	CAIXA JUROS E MOEDAS RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	Não há	9.116.749,46	Artigo 10º, Inciso I

Tabela: Carteira anual consolidada até setembro de 2026

Estão expressos acima todos os fundos de investimentos do IPSEMC, ativos em setembro de 2026.

6.6 Estratégias de Alocação e a Política Anual de Investimentos 2026

A Estratégia de Alocação no âmbito do IPSEMC está disposta na Política Anual de Investimentos – PAI/2026, que traçou o caminho a ser seguido durante o exercício, sem desconsiderar as necessidades de ajustes, se for o caso, porque se trata de um plano estratégico de investimentos formatado dentro da legislação que rege e disciplina a matéria.

Diante do exposto e conforme informações colhidas no fechamento do mês de setembro/2026, verifica-se que os percentuais de investimentos por enquadramento, não ultrapassaram a estratégia de

alocação definidos na Política Anual de Investimentos em vigor. Acostamos informações sobre o Comitê de Investimentos nos Anexos da Portaria TC nº 201/2019.

Apresenta-se neste ato, o quadro extraído da Política de Investimentos 2026 com a estratégia definida.

6.6.1 Renda Fixa

Artigo	Resolução (%) Pró-Gestão Nível 3	Carteira (R$)	Carteira (%)	Estratégia de Alocação — Limite 2026			GAP Superior
				Inferior (%)	Alvo (%)	Superior (%)	
Artigo 7º, Inciso I	100,00%	292.572.092,37	60,13%	0,00%	32,00%	100,00%	**194.031.667,19**
Artigo 7º, Inciso II	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	100,00%	486.603.759,56
Artigo 7º, Inciso III	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	100,00%	486.603.759,56
Artigo 7º, Inciso V	80,00%	72.091.443,57	14,82%	0,00%	10,00%	80,00%	**317.191.564,08**
Artigo 7º, Inciso VI	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	97.320.751,91
Artigo 7º, Inciso VII	20,00%	8.318.951,14	1,71%	0,00%	2,00%	20,00%	**89.001.800,77**
Total Resolução CMN nº 5.272, 18/12/2025	**100,00%**	**372.982.487,08**	**76,65%**	**0,00%**	**64,00%**	**420,00%**	

6.6.2 Renda Variável / Estruturado / Fundo Imobiliário

Artigo	Resolução (%) Pró-Gestão Nível 3	Carteira (R$)	Carteira (%)	Estratégia de Alocação — Limite 2026			GAP Superior
				Inferior (%)	Alvo (%)	Superior (%)	
Artigo 8º, Inciso I	40,00%	78.683.158,23	16,17%	0,00%	20,00%	40,00%	**115.958.345,59**
Artigo 8º, Inciso II	40,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	40,00%	194.641.503,82
Artigo 8º, Inciso III	10,00%	1.611.282,04	0,33%	0,00%	2,00%	10,00%	**47.049.093,92**
Artigo 8º, Inciso IV	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	48.660.375,96
Artigo 10º, Inciso I	15,00%	25.797.581,80	5,30%	0,00%	10,00%	15,00%	**47.192.982,13**
Artigo 10º, Inciso IV	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	20,00%	97.320.751,91
Total Resolução CMN nº 5.272, 18/12/2025	**50,00%**	**106.092.022,07**	**21,80%**	**0,00%**	**42,00%**	**135,00%**	

6.6.3 Exterior

Artigo	Resolução (%) Pró-Gestão Nível 3	Carteira (R$)	Carteira (%)	Estratégia de Alocação — Limite 2026			GAP Superior
				Inferior (%)	Alvo (%)	Superior (%)	
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	7.529.250,41	1,55%	0,00%	4,00%	10,00%	**41.131.125,55**
Total Resolução CMN nº 5.272, 18/12/2025	**10,00%**	**7.529.250,41**	**1,55%**	**0,00%**	**4,00%**	**10,00%**	

Os limites respeitam as condições previstas na Resolução CMN nº 5.272/2025, que diferencia os limites de aplicação por segmento conforme o nível de aderência ao Pró-Gestão RPPS (art. 6º, § 3º, arts. 7º a 12º e art. 14º.

6.7 Composição da Carteira de Investimentos

A Carteira de Investimentos do IPSEMC está composta da seguinte forma em consonância com as normas legais pertinentes e com a PAI/2026:

Sub-segmento	Valor	%
GESTÃO DURATION R$ 81.708.854,70**16,7917%**		
GESTÃO DURATION	81.708.854,70	16,79%
CRÉDITO PRIVADO R$ 8.318.951,14**1,7096%**		
CRÉDITO PRIVADO	8.318.951,14	1,71%
LONGO PRAZO R$ 56.700.482,95**11,6523%**		
IMA-B	11.197.965,52	2,30%
IMA-GERAL	45.502.517,43	9,35%
MÉDIO PRAZO R$ 76.485.961,66**15,7183%**		
IDKA IPCA 2ª	48.016.182,78	9,87%

IMA-B 5	28.469.778,88	5,85%
CURTO PRAZO R$ 149.768.236,63**30,7783%**		
IRF-M 1	102.195.372,31	21,00%
CDI	41.629.713,46	8,56%
VÉRTICE CURTO	5.943.150,86	1,22%
AÇÕES R$ 78.683.158,23**16,1699%**		
AÇÕES – LIVRES	31.443.359,10	6,46%
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	18.035.019,94	3,71%
AÇÕES – VALOR	25.136.490,79	5,17%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	4.068.288,40	0,84%
MULTIMERCADO R$ 25.797.581,80**5,3016%**		
MULTIMERCADO - MACRO	16.680.832,34	3,43%
MULTIMERCADO - OUTROS	9.116.749,46	1,87%
EXTERIOR R$ 8.381.109,17**1,7224%**		
AÇÕES – EXTERIOR	6.769.827,13	1,39%
BDR NÍVEL I	1.611.282,04	0,33%
Outros R$ 759.423,28**0,1561%**		
Sem Subsegmento	759.423,28	0,16%

6.8 Receitas de Investimentos

As receitas de investimentos estão descritas conforme quadro a seguir especificado:

Investimentos	Valor	%	Mês anterior	Variação
Renda Fixa	372.982.487,08	76,65%	367.179.652,61	5.802.834,47
Renda Variável	106.092.022,07	21,80%	108.733.707,17	-2.641.685,10
Invest. Exterior	7.529.250,41	1,55%	7.523.258,91	5.991,50
Total	486.603.759,56	100,00%	483.436.618,69	3.167.140,87

Tabela: Receitas dos investimentos

6.9 Rentabilidade

A rentabilidade de um investimento é sempre um fator de preocupação quando administramos recursos de terceiros e, principalmente recursos previdenciários, ainda mais quando se vivencia um ambiente desfavorável, altamente complexo, razão porque somos obrigados a viver em um nível de estresse muito elevado em constante trabalho, pesquisa, estudo sobre a melhor forma de alocar o capital na montagem de uma carteira cuja gestão seja ativa a assim evitar certos riscos de perdas muito embora não consigamos na sua totalidade devido as variáveis externas sobre as quais não temos controle. É obvio que na adversidade surgem oportunidades interessantes com estratégias inovadoras, por exemplo, alcance da meta sobre certa proteção, porém temos a responsabilidade de administrar a fim de garantir o pagamento dos benefícios em tempo real.

A rentabilidade está descrita no quadro a seguir:

Mês	Renda Fixa	Renda Variável	Invest. Exterior	Rentabilidade	Retorno Acumulado	Meta Atuarial	GAP Acumulado
Janeiro	1,32%	8,34%	-5,67%	2,90%	2,90%	0,79%	367,55%
Fevereiro	1,08%	2,91%	-5,89%	1,45%	4,39%	1,09%	232,17%
Março	0,76%	-1,67%	-6,05%	0,04%	4,43%	1,36%	134,01%
Abril	1,18%	0,11%	6,95%	0,99%	5,46%	1,11%	123,50%
Maio	0,95%	-4,12%	9,69%	-0,15%	5,31%	1,02%	96,73%
Junho	0,61%	-0,08%	-2,67%	0,40%	5,73%	0,62%	93,34%
Julho	1,21%	0,73%	2,57%	1,12%	6,92%	0,57%	102,60%
Agosto	1,19%	0,09%	7,80%	1,04%	8,03%	0,14%	116,54%
Setembro	1,42%	3,58%	0,08%	1,89%	10,07%	1,28%	121,94%

Tabela: Rentabilidade

6.10 Índices / Indicadores

Os Indicadores/Benchmark formam um conjunto de índices nos investimentos que são usados para referenciar um fundo de investimentos e também são relevantes como ferramenta para acompanhamento e comparação de rendimentos de investimentos, que subsidiam as tomadas de decisões.

Mês	CDI	Small	IDKA (2anos)	Ibovespa	IPCA	IMA-B	Meta atuarial	Meta realizada
Janeiro	1,16%	10,15%	1,22%	12,56%	0,33%	1,00%	0,79%	2,90%
Fevereiro	1,00%	1,88%	1,22%	4,09%	0,70%	1,79%	1,09%	1,45%
Março	1,21%	-5,77%	1,39%	-0,70%	0,88%	0,17%	1,36%	0,04%
Abril	1,09%	-3,16%	1,18%	-0,08%	0,67%	1,81%	1,11%	0,99%
Maio	1,07%	-3,66%	1,11%	-7,22%	1,11%	0,31%	1,02%	-0,15%
Junho	1,12%	-3,28%	0,00%	-1,01%	0,16%	-1,04%	0,62%	0,40%
Julho	1,22%	-0,77%	1,48%	3,47%	0,07%	0,97%	0,57%	1,12%
Agosto	1,09%	-1,26%	1,31%	-0,33%	-0,32%	1,58%	0,14%	1,04%
Setembro	1,08%	5,23%	1,81%	5,03%	0,82%	3,15%	1,28%	1,89%

Tabela: Índices / Indicadores

6.11 Resgate e Aplicações

Durante o terceiro trimestre de 2026 foram realizadas as movimentações contidas nas APRs para efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária. Durante o mês de junho foram realizadas as movimentações contidas no quadro abaixo que ocorreram em função das deliberações colegiadas tomadas pela governança a fim de proporcionar os ajustes necessários ao momento que atravessamos, bem como para efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária.

Ativos Renda Fixa	Aplicações	Resgates	Saldo Atual
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF ...	122.500,00	109.795,80	21.304.067,77
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVID...	146.426,06	0,00	28.469.778,88
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF ...	0,00	70.000,00	56.433.799,97
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITAD...	3.461.897,37	3.843.000,00	34.179.622,99
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF ...	854.962,66	0,00	39.761.695,39

Ativos Renda Variável	Aplicações	Resgates	Saldo Atual
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO II RESP LIMITADA FIF ...	0,00	6.529.101,96	0,00

Um ponto a ser destacado se refere a movimentação do fechamento do fundo Rio Bravo Proteção Portfólio II FIM RL (CNPJ 55.771.625/0001-49). O do Administrador do fundo emitiu extrato com data de resgate no dia 29 de setembro, contudo foi verificado a entrada dos recursos na Caixa Econômica Federal, Conta corrente nº 575271444-0. Dia 01/10, quando foi elaborada a APR de Aplicação no valor cima descrito.

Ressalta-se ainda que as movimentações são minuciosamente detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação, por meio do Formulário legal denominado de: "Autorizações de Aplicação e Resgate – APR" dispostas no Portal do Instituto: www.ipsemc.pb.gov.br no Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx

Informa-se, ainda, que as APRs estão também registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social do Ministério da Economia – ME / SPREV, onde estão disponibilizados os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – *DAIR-CADPREV*.

"A intensidade da labuta previdenciária nem sempre pode ser traduzida em relatórios e indicadores. Há um esforço silencioso, diário e exaustivo que transforma obstáculos em providências e dificuldades em avanços institucionais." (Léa Praxedes)

7. GESTÃO ATUARIAL NO RPPS: A BASE PARA A SUSTENTAILIDADE PREVIDÊNCIÁRIA

A Gestão Atuarial é um dos pilares mais importantes da administração de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Mais do que realizar um cálculo anual, ela representa um conjunto de ações permanentes destinadas a garantir que o regime tenha condições de pagar, no presente e no futuro, todos os benefícios previdenciários de seus segurados, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial exigido pela Constituição Federal e pela legislação previdenciária. (issa.go.gov.br)

A gestão atuarial consiste em acompanhar continuamente a evolução das receitas, despesas, perfil dos servidores, aposentados e pensionistas, utilizando técnicas matemáticas, estatísticas e financeiras para projetar o comportamento do plano previdenciário ao longo das próximas décadas. Essas projeções permitem identificar riscos, antecipar problemas e orientar decisões estratégicas da administração do RPPS. (issa.go.gov.br)

Uma gestão atuarial eficiente deve estar baseada em alguns princípios fundamentais:

- **Qualidade da base cadastral**, pois informações inconsistentes comprometem toda a avaliação atuarial.
- **Avaliações atuariais anuais**, realizadas por profissional habilitado, refletindo a realidade do regime.
- **Monitoramento permanente das hipóteses atuariais**, como expectativa de vida, crescimento salarial, taxa de juros e rotatividade dos servidores.
- **Acompanhamento do plano de custeio**, verificando se as contribuições e aportes são suficientes para financiar os benefícios futuros.
- **Integração com a gestão de investimentos**, considerando que a rentabilidade da carteira influencia diretamente os resultados atuariais.
- **Governança e transparência**, permitindo que gestores, conselhos e segurados compreendam a situação previdenciária e participem das decisões. (serconprev.com.br)

A avaliação atuarial não deve ser vista apenas como uma exigência legal, mas como um verdadeiro instrumento de gestão. É ela que subsidia decisões como alterações no plano de custeio, necessidade de aportes para cobertura do déficit atuarial, revisão de hipóteses biométricas, planejamento financeiro e definição de políticas que assegurem a sustentabilidade do regime.

Os desafios da gestão atuarial são cada vez maiores. O aumento da expectativa de vida, a redução do número de servidores ativos em muitos entes federativos, as oscilações econômicas e o desempenho dos investimentos exigem uma administração previdenciária cada vez mais técnica, preventiva e estratégica. (serconprev.com.br)

Nesse contexto, a gestão atuarial deixa de ser uma atividade exclusiva do atuário e passa a envolver toda a estrutura do RPPS. Gestores, conselhos, controle interno, setor financeiro, setor de benefícios e área de investimentos precisam atuar de forma integrada para que as decisões administrativas estejam alinhadas às recomendações atuariais.

Um RPPS que investe em uma gestão atuarial de qualidade fortalece sua governança, reduz riscos de desequilíbrio, melhora seu planejamento de longo prazo, atende às exigências do Ministério da Previdência Social e transmite maior segurança aos servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Em síntese, a Gestão Atuarial é a inteligência técnica da previdência própria. Ela transforma dados em planejamento, identifica riscos antes que se tornem problemas e orienta decisões capazes de preservar o patrimônio previdenciário. Mais do que cumprir normas, significa garantir que o RPPS permaneça sólido, sustentável e capaz de honrar seu compromisso com as atuais e futuras gerações de segurados.

7.1 Principais Resultados Atuariais

A tabela a seguir consolida os principais indicadores atuariais apurados na Reavaliação Atuarial do IPSEMC, com data-base em 31 de dezembro de 2025 (Exercício 2026), comparados ao exercício anterior (data-base 31/12/2024).

Indicador Atuarial	Exercício Atual (Data-base 31/12/2025)	Exercício Anterior (Data-base 31/12/2024)
Patrimônio Garantidor	R$ 443.903.305,09	R$ 373.178.046,40
Provisões Matemáticas (PMBC + PMBaC)	R$ 1.047.312.060,17	R$ 960.315.624,34
› PMBC – Benefícios Concedidos	R$ 478.365.386,16	R$ 408.651.105,07
› PMBaC – Benefícios a Conceder	R$ 568.946.674,01	R$ 551.664.519,27
Resultado Técnico Atuarial	(R$ 603.408.755,07)	(R$ 587.137.577,94)
Déficit Técnico Atuarial	**R$ 603.408.755,07**	**R$ 587.137.577,94**
Custo Normal Total do Plano	31,00% da folha	31,00% da folha
Custo Suplementar (aporte mensal) [Lei 2.571/2025 / Lei 2.399/2024]	R$ 1.765.841,38/mês (Anual 2026: R$ 16.175.436,24)	Conforme Lei 2.399/2024 (Plano vigente à época)

Fontes: Tabelas 27 e 36 – Reavaliação Atuarial IPSEMC 2026 (NTA nº 2026.000432.1, Thiago Silveira, MIBA nº 2.756).

Patrimônio Garantidor = Ativo Financeiro do Plano + Saldo Devedor dos Acordos de Parcelamento (CADPREV).

O Custo Normal patronal está limitado ao dobro da contribuição do segurado, conforme art. 10 da Lei nº 10.887/2004.

7.2 Evolução do Resultado Atuarial

A análise comparativa entre os exercícios de 2025 e 2026 evidencia o comportamento das obrigações previdenciárias do IPSEMC e os fatores determinantes para a variação verificada no resultado técnico atuarial.

7.3 Crescimento do Déficit Atuarial

O Déficit Técnico Atuarial do IPSEMC passou de R$ 587.137.577,94 (exercício 2025, data-base 31/12/2024) para R$ 603.408.755,07 (exercício 2026, data-base 31/12/2025), representando um acréscimo nominal de R$ 16.271.177,13, correspondente a uma variação positiva de 2,77%.

Este crescimento decorre, sobretudo, da combinação de dois vetores principais:

- Aumento de 17,06% nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC), de R$ 408.651.105,07 para R$ 478.365.386,16, em consequência da concessão de 31 novas aposentadorias e do reajuste do benefício médio (+5,97% entre os exercícios);
- Aumento de 3,13% nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC), de R$ 551.664.519,27 para R$ 568.946.674,01, reflexo do envelhecimento natural da massa ativa, do crescimento salarial médio (+4,20%) e da entrada de novos servidores com tempo de serviço anterior a cobrir.

Em contraponto, o Ativo Financeiro do Plano cresceu de R$ 362.426.644,69 para R$ 434.283.630,04 (+19,82%), demonstrando que os recursos financeiros evoluíram positivamente, mas em ritmo inferior ao crescimento das obrigações passivas.

Cabe destacar que a variação na taxa de juros real — de 5,20% a.a. (exercício anterior) para 5,62% a.a. (exercício atual) — exerceu efeito redutor sobre as provisões. Caso a taxa de 5,20% fosse mantida, as provisões matemáticas totais atingiriam R$ 1.125.943.881,98, elevando o déficit para R$ 682.040.576,89, conforme demonstrado na análise de sensibilidade constante do relatório técnico (Tabela 37).

7.4 Impactos das Reformas Previdenciárias

A estrutura de benefícios do IPSEMC foi profundamente impactada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) e pela Emenda à Lei Orgânica nº 24, de 25 de junho de 2020, que adaptou as regras ao âmbito municipal. Entre as principais alterações incorporadas ao cálculo atuarial, destacam-se:

- Introdução do cálculo dos benefícios pela média das remunerações de contribuição (Média × 60% + 2% por ano excedente a 20 anos de TC), em substituição à regra de integralidade para os novos ingressantes;
- Estabelecimento de regras de transição com progressão de pontos (Idade + TC), escalonada anualmente, conferindo maior previsibilidade ao fluxo de concessões;
- Ampliação do tempo mínimo de serviço público e de cargo efetivo como requisito de elegibilidade;
- Instituição do Regime de Previdência Complementar no município (Lei Complementar nº 76/2021), com impacto sobre os limites de custeio dos novos ingressantes após a aprovação do convênio.

Essas reformas tendem a reduzir progressivamente o custo previdenciário das gerações futuras, embora seus efeitos plenos somente serão sentidos no longo prazo, à medida que a massa de servidores sujeita às novas regras ganhe representatividade no plano.

7.5 Atualização Cadastral

A base cadastral utilizada na Reavaliação Atuarial de 2026 foi avaliada como de qualidade regular, com adoção de premissas conservadoras para suprir as informações ausentes. As principais inconsistências identificadas envolveram:

- Ausência de informação sobre o tempo de contribuição anterior ao município (RGPS e outros regimes), para 93,76% dos servidores ativos — tratada mediante premissa de início da vida laboral aos 25 anos de idade;
- Data de nascimento do cônjuge não informada para 1.023 servidores ativos e 255 aposentados — corrigida pela premissa de diferença de 3 anos entre cônjuges;
- 2 aposentados com benefício acima do teto remuneratório do Executivo — limitados ao teto aplicável.

Ressalta-se que todos os aposentados e pensionistas têm por obrigação a atualização cadastral anual, na data de seu aniversário, conforme Decreto Municipal nº 34/2015. A melhoria contínua da base de dados é fator essencial para a redução das incertezas atuariais e para a elaboração de avaliações com maior precisão.

7.6 Evolução da Massa de Segurados

Entre os exercícios de 2025 e 2026, a massa de segurados apresentou a seguinte evolução:

- Servidores ativos: de 2.162 para 2.235 (+73 servidores / +3,38%);
- Aposentados: de 546 para 577 (+31 / +5,68%);
- Pensionistas: de 115 para 135 (+20 / +17,39%).

A proporção de beneficiários em relação aos ativos passou de 31,86%, com uma razão de 3,14 servidores ativos para cada benefício concedido. Esta tendência de maturidade crescente do plano reforça a necessidade da capitalização plena como mecanismo de sustentabilidade de longo prazo, uma vez que a massa ativa tende à estabilidade enquanto a massa de inativos cresce progressivamente.

As projeções atuariais indicam que o ponto de inflexão — quando as despesas previdenciárias superarão as receitas correntes (excluindo os aportes suplementares) — ocorrerá aproximadamente em 2041, quando o resultado previdenciário anual passará a ser deficitário na ordem de R$ 1.003.482,08.

7.7 Medidas de Equilíbrio Financeiro e Atuarial Adotadas

Para fazer frente ao desequilíbrio atuarial identificado, o município de Cabedelo vem adotando um conjunto de medidas, entre as quais se destacam:

- Manutenção das alíquotas de custeio em 14,00% (servidor) e 17,00% (município), sendo que a contribuição patronal corresponde ao dobro da contribuição do segurado, conforme limite legal;
- Vigência de plano de amortização do déficit por aportes suplementares, reestruturado pela Lei nº 2.571, de 10 de novembro de 2025;
- Constituição da Diretoria de Gestão Atuarial no âmbito do IPSEMC, com vistas à qualificação da gestão previdenciária e ao monitoramento contínuo das hipóteses e premissas atuariais;
- Atualização cadastral anual obrigatória de aposentados e pensionistas, conforme Decreto Municipal nº 34/2015.

7.8 Medidas de Equacionamento

Em face do Déficit Técnico Atuarial apurado, o município de Cabedelo implementou e mantém um conjunto articulado de medidas de equacionamento, descritas a seguir.

7.8.1 Plano de Amortização do Déficit por Aportes Suplementares

O principal mecanismo de equacionamento do déficit atuarial do IPSEMC é o plano de amortização por aportes suplementares, reestruturado pela Lei Municipal nº 2.571, de 10 de novembro de 2025. O plano prevê contribuições suplementares escalonadas, com vigência até o exercício de 2065, distribuídas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo municipal.

O valor presente total dos aportes previstos no plano vigente corresponde a R$ 583.796.307,32, registrado contabilmente na conta 1.2.1.1.2.08.01 (Valor Atual dos Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial). Os valores anuais para os primeiros anos são:

Ano	Poder Executivo	Poder Legislativo	Total
2026	R$ 15.240.821,40	R$ 273.044,04	R$ 16.175.436,24
2027	R$ 23.443.571,57	R$ 419.998,84	R$ 24.881.204,69
2028	R$ 31.673.338,56	R$ 567.437,67	R$ 33.615.646,73
2029	R$ 32.049.665,51	R$ 574.179,67	R$ 34.015.051,21
2030	R$ 32.430.351,66	R$ 580.999,78	R$ 34.419.082,23

Fonte: Tabela 31 – Reavaliação Atuarial IPSEMC 2026. Os valores estão expressos em R$ nominais, sujeitos à atualização monetária a partir de janeiro de 2025.

Conforme disposto no art. 44 da Portaria MTP nº 1.467/2022, o município de Cabedelo está dispensado da obrigatoriedade de revisão imediata dos aportes, uma vez que o déficit residual — apurado pelo método Agregado após exclusão do valor presente do plano de equacionamento vigente — corresponde a R$ 19.612.447,75, valor inferior ao limite de 2,00% das provisões matemáticas (R$ 20.946.241,20). Ainda assim, a revisão anual do plano de aportes permanece recomendável, devendo ser realizada por ocasião de cada Reavaliação Atuarial.

7.8.2 Revisão de Alíquotas

A Reavaliação Atuarial de 2026 constatou que as alíquotas de custeio vigentes são suficientes para cobrir o Custo Normal do Plano, estimado em 31,00% da folha de remuneração de contribuição. A distribuição das alíquotas é a seguinte:

Discriminação	Alíquota	Base de Cálculo
Servidor Ativo	14,00%	Remuneração de contribuição
Município – Custo Normal	14,00%	Folha dos ativos
Município – Custeio Administrativo	3,00%	Folha dos ativos
Aposentados e Pensionistas	14,00%	Parcela excedente ao teto RGPS
TOTAL (CN + CA)	**31,00%**	–

Fonte: Tabelas 29 e 30 – Reavaliação Atuarial IPSEMC 2026.

A contribuição patronal (14,00% CN + 3,00% CA = 17,00%) está em conformidade com o art. 10 da Lei nº 10.887/2004, que determina que a contribuição do ente não pode ser inferior à do segurado nem superior ao dobro desta. Recomenda-se a manutenção das alíquotas vigentes para o próximo exercício.

7.8.3 Aportes Financeiros

O aporte suplementar mensal em vigor na data-base da Reavaliação (31/12/2025) é de R$ 1.765.841,38, sendo este valor registrado mensalmente como receita previdenciária do IPSEMC. Na data-base avaliada, a arrecadação total mensal de contribuições atingiu R$ 4.930.727,59, ao passo que as despesas previdenciárias somaram R$ 3.560.324,20, resultando em excedente financeiro mensal equivalente a 13,72% da folha de salários dos servidores ativos.

Nos termos do art. 55, §8º da Portaria MTP nº 1.467/2022 (com redação dada pela Portaria MTP nº 3.803/2022), os aportes para cobertura do déficit atuarial devem ser controlados separadamente dos demais recursos e permanecer aplicados por, no mínimo, cinco anos, condição necessária para que não sejam contabilizados como Despesa de Pessoal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

7.8.4 Recadastramento Previdenciário

O IPSEMC mantém procedimento sistemático de atualização cadastral de seus beneficiários, fundamentado no Decreto Municipal nº 34, de 15 de outubro de 2015, que estabelece a obrigatoriedade de atualização anual dos dados cadastrais de aposentados e pensionistas, na data do respectivo aniversário.

A qualidade da base cadastral está diretamente relacionada à precisão dos resultados atuariais: bases incompletas impõem a adoção de premissas conservadoras, que tendem a majorar as provisões matemáticas e, por consequência, agravar o déficit apurado. Recomenda-se que o IPSEMC intensifique as ações de recadastramento junto aos servidores ativos, em especial no tocante ao registro do tempo de contribuição anterior ao ingresso no município, informação ausente em 93,76% dos cadastros ativos na presente avaliação.

7.8.5 Compensação Previdenciária

A compensação previdenciária constitui um ativo do IPSEMC junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, decorrente do tempo de contribuição anterior dos servidores a outros regimes previdenciários. Na Reavaliação de 2026, o valor presente total estimado da Compensação Previdenciária a Receber é de R$ 58.825.031,22, distribuído da seguinte forma:

- Benefícios Concedidos (processos deferidos e em compensação – 317 benefícios): R$ 17.277.202,84;
- Benefícios a Conceder (estimativa com base no tempo de serviço anterior dos ativos, limitada a 5,00% do VPBF): R$ 41.547.828,38.

Por outro lado, o valor presente da Compensação Previdenciária a Pagar, relativa a 6 benefícios de servidores que migraram para o RGPS, foi estimado em R$ 1.161.366,96.

O saldo líquido favorável ao IPSEMC no âmbito da compensação previdenciária contribui para a redução das Provisões Matemáticas Líquidas e, por conseguinte, para a melhora do resultado técnico atuarial. A regularidade no processamento dos processos do Sistema COMPREV é fundamental para que esses valores sejam efetivamente realizados.

"Que a esperança nos ensine a olhar além do presente, a fé nos fortaleça no percurso e a coragem nos impulsione a seguir, mesmo quando o caminho parecer incerto."

(Léa Praxedes)

8. GESTÃO GERAL DO RPPS / IPSEMC

8.1 Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é um documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um Estado ou Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência Social (MPS), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovantes de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros.

Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Cabedelo UF: PB
CNPJ Principal: 09.012.493/0001-54

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, relativamente à regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art.7º da lei nº 9.717, de 1998:

I. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
II. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
III. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município.

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da Internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br, pois este expira o cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EMITIDO.

EMITIDO EM 28/09/2026
VÁLIDO ATÉ 27/03/2027

N.º 081965 - 258185

Imagem: CRP

Imagem 01: *Print* do atual CRP divulgado no Portal do Ipsemc – Menu: Institucional > CRP

Evidência/Comprovação:

Link direto para o atual CRP do Ipsemc publicado no Portal da Previdência:

http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx

8.2 Dimensões: Recursos Humanos – Tecnologia da Informação – Segurança da Informação

8.2.1 Folha de Pagamento / Contracheques

A partir de janeiro de 2020, o Ipsemc passou a adotar contracheques eletrônicos disponibilizados por meio do Portal da Autarquia www.ipsemc.pb.gov.br visando a otimização, economia relacionada ao uso de papel, impressão o que tem dado resultado e bem-estar ao meio-ambiente.

8.2.2 Resumo da folha de pagamento no 3º Trimestre 2026

JULHO	R$ 3.542.551,36
AGOSTO	R$ 3.582.949,01
SETEMBRO	R$ 3.583.255,15
TOTAL	**R$ 10.708755,52**

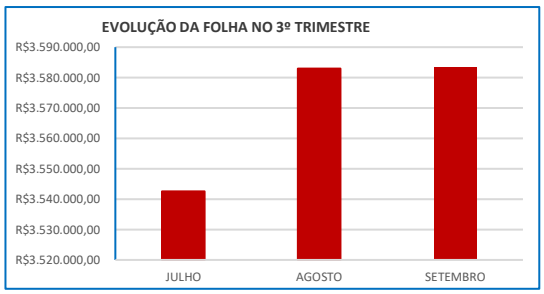


Tabela: - Resumo da Folha de Pagamento.

O crescimento da folha de pagamento de aposentados e pensionistas em 2026 representa um dos maiores desafios para a sustentabilidade financeira dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e também para as contas públicas em geral. Esse aumento decorre de diversos fatores estruturais, econômicos e legais que impactam diretamente a despesa previdenciária.

Entre os principais fatores responsáveis pelo crescimento da folha em 2026, destacam-se:

a) o aumento do número de aposentadorias e pensões;
b) o envelhecimento do quadro de servidores públicos;
c) ausência de concurso público;
d) os reajustes concedidos sem que sem diagnostico quanto aos impactos financeiros e atuarias para certas categorias;
e) as revisões e as justas paridades salariais;
f) e os efeitos financeiros acumulados de planos de cargos e carreiras, por esta razão precisam ser bem pensados, como também precisam ser elaborados os devidos impactos financeiros e atuariais para evitar problemas tanto no ente federativo como no RPPS.
g) exonerações – a pedido – de servidores efetivos que geram a concessão de CTC;
h) falecimento de servidores efetivos que geram pensões.

Essas alterações produzem reflexos relevantes para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), especialmente no que se refere à atualização de parâmetros previdenciários, aos valores de benefícios vinculados ao salário mínimo e aos limites utilizados em procedimentos de compensação previdenciária. Além disso, o aumento do piso nacional repercute nos cálculos de acumulação de benefícios, conforme as regras estabelecidas pelo art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, observadas as condições legais aplicáveis a cada situação. Dessa forma, o acompanhamento dessas atualizações constitui medida importante para o planejamento financeiro e atuarial, a adequada execução das despesas previdenciárias e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer a governança previdenciária, promovendo:

a) planejamento atuarial permanente;
b) controle rigoroso da folha de benefícios;
c) compensação previdenciária eficiente;
d) modernização tecnológica dos processos;
e) revisão cadastral periódica;
f) e acompanhamento contínuo dos indicadores de equilíbrio financeiro e atuarial;
g) Como também que o Ente Federativo reponha a massa de forma proporcional.

O crescimento da folha previdenciária em 2026 evidencia que os RPPS precisam cada vez mais atuar com responsabilidade, planejamento e transparência, garantindo a sustentabilidade do sistema e a segurança do pagamento dos benefícios atuais e futuros.

8.2.3 Gestão de Processamento de Dados

8.2.3.1 Parque Tecnológico

O Ipsemc possui 10 (dez) computadores (notebooks) próprios em uso adquiridos por processo licitatório, dentro dos trâmites legais: 1 – Gabinete da Presidência; 2 – Assessoria de Informática; 3 – Diretoria de Gestão de Investimentos; 4 – Diretoria Administrativa-Financeira; 5 – Chefia do Setor de Processos; 6 – Diretoria de Atuária; 7 – Diretoria de Benefícios; 8 – Controle Interno; 9 – Coordenadoria Administrativa; e 10 – Assessoria Jurídica. *Os referidos computadores estão dentro dos padrões de segurança e funcionando normalmente.*

Computadores locados: 07 (sete), distribuídos nos seguintes setores: 02 na Recepção, 01 no setor de Arquivo, 01 na Diretoria de Benefícios, 01 no setor de Processamento de Dados, 01 na Ouvidoria e 01 na Coordenação de Recursos Humanos.

8.2.3.2 Manual de Política de Segurança da Informação

Situação: atualizada por meio da Resolução Normativa - RN nº 03/2026.

8.2.3.3 Gestão Documental

- **Novo sistema de gestão documental**: O Ipsemc continua buscando soluções por meio de estudos e também licitação de novo sistema para substituir o Sistema de Gestão Integrada da Publicsoft para atender às necessidades de gestão documental do instituto.
- **O sistema 1Doc foi disponibilizado** para os servidores e conselheiros do Ipsemc;
- **O sistema da Publicsoft continua em uso**.

8.2.3.4 Sistema para Prova de Vida

3PREV - Sistema para Prova de Vida: online, já está em execução, permitindo aos segurados do instituto realizar a prova de vida online sem necessidade de deslocamento ao Ipsemc, atendendo uma demanda atual da gestão, usuários e servidores.

8.2.3.5 Backup

Sistema de backup temporário: A CPSI utiliza um sistema de backup temporário baseado em dois HDs externos para a massa documental do Ipsemc. Documentos novos desde 2021 têm backup automático, incluindo e-mails, portal, aplicativos do governo e instituições bancárias.

8.2.3.6 Atualização do Portal e Redes Sociais:

Manutenção Contínua: Redes sociais (Facebook, YouTube e Instagram), Portal corporativo e blog de Educação Previdenciária são continuamente atualizados com notícias, avisos, galeria de imagens, eventos, reuniões e documentos obrigatórios.

IMPORTANTE: é necessário retirar todos os logotipos do Twitter de documentos ainda produzidos com o tal logotipo, especialmente no selo corporativo.

8.2.3.7 Ameaças e Vulnerabilidades

Os principais eventos de segurança registrados no período foram envio de mensagens de fraudes financeiras etc. para os e-mails corporativos e envios não-solicitados. As recomendações, avisos e notificações sobre fraudes de modo geral continuam sendo enviadas por e-mail e via WhatsApp.

Atualmente foi constatada a necessidade de informar, esclarecer e conscientizar sobre as fraudes altamente realistas feitas por meio de inteligência artificial que simulam fielmente o rosto e a voz de pessoas conhecidas, inclusive por meio de vídeos altamente convincentes. Os setores de Presidência, Recursos Humanos, CCI/Atividades Integrativas, Recepção e Segurança da Informação têm procurado compartilhar e conscientizar os usuários e servidores sobre questões de segurança no meio digital e online. Bem como a Presidência tem inserido em seu planejamento questões de segurança e educação financeira para questionamento e debate público.

8.2.3.8 Fraudes e Informações Gerais

Guias Rápidos: Desde 2022, o SPD atualiza o setor de recepção e também o setor de Atividades Integrativas com guias rápidos de segurança digital, além de atender demandas presenciais e telefônicas. Informações sobre segurança e fraudes continuam sendo compartilhadas via WhatsApp, portal e redes sociais corporativas do Ipsemc. Além de ser tema dos eventos previdenciários promovidos pelo Ipsemc.

8.2.3.9 Padronização

a) **Formatos e Diagramas:** O SPD continua padronizando e formatando periódicos, calendários, livros, manuais, cartilhas e outras publicações digitais e impressas do Ipsemc conforme necessário**.**
b) **Mapeamentos e documentos correlatos do Planejamento Estratégico** foram construídos pelo setor de Controle Interno por meio de dados de todos os setores que produzem documentos no Ipsemc.
c) **Atualização:** O Ipsemc utiliza, em seus documentos e mídias sociais, o logotipo institucional do Ipsemc, o selo oficial de Certificação do Pró-Gestão disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social e, opcionalmente, o logotipo da Totum. Este último é utilizado, em alguns casos, para indicar que os profissionais do Ipsemc, cuja certificação é exigida pelo Pró-Gestão, alcançaram tal certificação.
d) **Foi concluída a padronização das assinaturas com logotipo oficial da Certificação Profissional** nos seguintes arquivos: documentos do Gapre; portarias da Dirben; portarias do setor jurídico; documentos do Controle Interno; POI; Condprev; COI e Confiprev.

8.2.3.10 LGPD E Questões de Privacidade

a) **Consultoria Jurídica**: O Ipsemc consulta regularmente a Assessoria Jurídica para garantir conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

b) **Termos de Uso e Política de Privacidade do Portal:** atualizadas, conforme legislação pertinente.

8.2.3.11 Educação Previdenciária

Cartilha de Educação Financeira: em vias de finalização
Atualizações:

a) Portal de Educação Previdenciária continua com atualização semanal, divulgando matérias sobre atividades desenvolvidas, eventos, viagens, campanhas de conscientização, matérias sobre qualidade de vida, questões de saúde, terceira idade, qualificação dos servidores, atos de gestão correlatos, dentre outros temas, dentro do preconizado no Manual do Pró Gestão versão 2025.
b) Periodicamente, por conta da Política de Práticas Sustentáveis do Ipsemc, são retratados temas ligados a práticas sustentáveis: datas de importância ecológica, ações de conscientização sobre uso de recursos e práticas recomendadas; ações da gestão do instituto e do município; dentre outros;
c) Plano de capacitação dos gestores, servidores e membros de Conselhos e Comitê de Investimentos: definido pela Presidência juntamente com Diretoria Executiva e Recursos Humanos, dentro dos padrões definidos no Pró-Gestão.

8.2.3.12 Agenda e Datas Especiais

Criação de Conteúdo: O SPD elabora artes e textos para capas de redes sociais, stories temporários, matérias e informações sobre datas importantes, eventos e cursos.

8.2.3.13 Segurança dos Computadores

a) Varredura Eletrônica: A varredura é configurada para automática.
b) Acesso Digital: Todos os setores possuem computadores com usuários administrador e convidado, conforme a Política de Segurança da Informação. Computadores são desligados ao final do expediente.
c) Controle de Acesso Físico: Registro de visitantes com nome e CPF, monitoramento de câmeras de segurança e fechamento de salas no final do expediente.
d) Softwares de Segurança: Uso de Windows Defender e práticas de navegação segura.
e) Privacidade: A Assessoria Jurídica, SPD, Controle Interno e Dir. de Informática participam de eventos focados em Educação Previdenciária, abordando temas de privacidade e LGPD. Documentos e publicações adaptados para legislação sobre privacidade.

8.2.3.14 Cartilha Previdenciária

Disponibilidade: Sem alterações, disponível no portal.

8.2.3.15 Projeto de Novo Portal

Projeto: Realizado pelo Setor de Processamento de Dados em conjunto com a Assessoria de Informática.

8.2.3.16 Assinatura Digital de Documentos

Assinaturas digitais foram atualizadas em setembro com validade até dezembro de 2027, dentro do padrão ICP (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).

8.2.3.17 Pesquisa de Satisfação

A cada semestre é feito um relatório com os resultados das pesquisas de satisfação presencial e online, com resultados e gráficos de desempenho. O relatório abrange ainda as pesquisas de satisfação dos atendimentos feitos por meio do aplicativo do *WhatsApp*.

Os resultados são publicados no portal e nas redes sociais do Ipsemc e os resultados junto com o relatório são ainda enviados para a Presidência do Ipsemc, Controle Interno e Ouvidoria.

O SPD também auxilia na confecção do relatório e análise dos resultados conforme padrões da Ouvidoria do Ipsemc.

8.2.3.18 Transparência Corporativa

Atualizados: Portal, Periódicos oficiais (POI), APRS, Demonstrativos de Investimentos, Relatórios de Controle Interno, Portal de transparência, CRP, Organograma, Política de Privacidade, Termos de uso, Notícias, Páginas e documentos dos conselhos e comitês, Cronograma de ações, Relatórios em geral, Manuais, Mapeamentos, Carta de Serviços e Campo de Gestão Atuarial.

Em análise: Legislação e Previpsemc.

8.2.3.19 Plano de Risco

Definição: Plano de Risco definido e sem alterações.

8.2.3.20 Internet

Distribuição: Internet para público interno e externo é fornecida por diferentes prestadoras para evitar conflito de acessos e minimizar o uso de banda. Uso de rede cabeada deu mais estabilidade.

8.6.2.3.21 Transparência

a) **Legislação**: Campo de legislação do Portal atualizado pela Chefia de Acompanhamento Processual e Assessoria de Informática.
b) **Publicações**: Documentos, atos administrativos, legislação e informativos são revisados e atualizados periodicamente pela Assessoria de Informática e SPD.

8.3.2.22 Atualizações de Sistema Operacional de AplicativosS

a) Frequência de atualização: Sistema e aplicativos previamente configurados para atualização e instalação automática ou autorizada pelo usuário.
b) Procedimentos: Execução conforme o tempo disponível do usuário e as orientações recebidas da equipe de TI. As atualizações críticas são priorizadas.

8.3 Práticas da Gestão Previdenciária do Município executadas sob Controle Interno, Qualidade e Transparência Pública

Como se verifica, é um Projeto que coleta experiências inovadoras de gestão e prestação de serviços públicos diferenciados que busquem continuamente a excelência e acompanhem o desenvolvimento global. Nasceu como fruto do enfrentamento de inúmeros problemas que pareciam invencíveis, insuperáveis, todavia, houve compromisso e propósito, houve fé e coragem, houve luta e batalha. Na verdade, nada fácil, mas podem ser destacadas de modo amplo uma vez que o Ipsemc enquanto unidade gestora tem Portal próprio atualizado permanentemente divulgando tudo nesse ambiente público, cujas ações envolvem:

- Práticas de Transparência – tudo divulgado no Portal.
- Práticas de Ética – a Unidade Gestora possui seu próprio Código de Ética.
- Práticas de Equidade – a unidade gestora divulga matéria de interesse dos segurados:

a) Por meio do Portal (http://www.ipsemc.pb.gov.br)
b) Por meio da página do Facebook (https://facebook.com/ipsemc)
c) Por meio do Previpsemc (http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx)
d) **Oferece capacitação aos servidores e conselheiros**
À medida do possível, lutamos por cursos conseguido por meio de parcerias com várias instituições no próprio auditório do IPSEMC, em Congressos anuais, tais como os promovidos pela Asprevpb, Abipem e Aneprem. Isso dentro das possibilidades atuais, porque no âmbito previdenciário é imprescindível o devido preparo e atualização constante sobre novas normas legais instituídas uma vez que as mudanças ocorrem numa dinâmica sem precedentes. Na tabela de Atividades Item 23 deste relatório, mostrou-se alguns eventos de qualificação e aperfeiçoamento técnico-profissional dos quais a equipe do Ipsemc participou em 2024.
e) **Possui Ouvidoria -** Criada pela Lei 1505/2010 do Ipsemc, a Ouvidoria pode ser contatada pelo e-mail ouvidoria@ipsemc.pb.gov.br ou via portal (http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ouvidoria.aspx), via whatsApp institucional. Também pode ser marcada uma audiência por meio de telefone e pessoalmente.
f) **A unidade gestora possui página no Instagram -** https://www.instagram.com/ipsemc
g) **A unidade gestora possui página no Youtube desde maio de 2012**.

- **Práticas de Responsabilidade Corporativa e Social**

a) Qualifica todos os membros do Comitê de Investimentos –Todos os membros certificados.
b) Qualifica todos os membros dos Conselhos CONDPREV e CONFIPREV todos os membros certificados.
c) Realiza de modo contínuo, com apresentação de resultado a cada semestre, pesquisa de satisfação com os segurados para avaliar a qualidade da prestação dos serviços previdenciários;
d) Registra as Provisões Matemáticas;
e) Realiza recadastramento dos inativos e pensionistas;
f) Possui a Cartilhas sobre os Direitos Previdenciários já com a Reforma da Previdência;
g) Efetua Ações Sustentáveis para colaborar com a sustentabilidade socioambiental.
h) Elaborou a Carta de Serviços disponível no Portal;
i) Elaborou Novo Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2030.
j) Elaborou Plano de Capacitação para 2026.

Além destas práticas, o Ipsemc também desenvolve, dentro do seu Programa de Educação Previdenciária (PEP), Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) e "Vida Saudável", atividades Integrativas sem a utilização de verba previdenciária, uma vez que é desenvolvido em parceria com o Centro de Convivência do Idoso (CCI) – Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como instituições diversas que promovam atividades lúdicas, educativas e culturais, tendo como principal objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida para aos aposentados e cidadãos da Terceira Idade.

As atividades integrativas envolvem desde passeios turísticos e educativos, que são previamente planejados, e principalmente atividades semanais, que vão desde exercícios físicos, como hidroginástica, postura corporal, dança (moderna e popular), até aulas de artesanato, tratamento fisioterapêutico, e ainda festejos típicos (Carnaval, Páscoa, Confraternização Natalina etc.), palestras educativas sobre saúde, segurança digital, internet e temas afins, entre outras. Atualmente, há em torno de 200 alunos participando das atividades integrativas do Ipsemc e CCI.

Atualmente, as atividades integrativas desenvolvidas pelo instituto e CCI possuem um blog próprio inserido no portal do Ipsemc, a fim de não perder o foco das notícias e informações corporativas. O blog possui o seguinte endereço: http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/. Nele são registrados os principais fatos, informações e eventos das atividades integrativas e do Programa de Educação Previdenciária (PEP) bem como explicita cada atividade e seus orientadores,

No link abaixo poderá ser visualizada as atividades, eventos promovidos dentro do programa de atividades integrativas, em 2025.

Link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/

8.3.1 Transparência em sua amplitude

Como delineou o Manual do Pró-Gestão RPPS, "a transparência cria meios adequados e eficientes de divulgação das informações relevantes para as partes interessadas além daquelas impostas por leis ou regulamentos. A transparência proporciona confiança tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros.

A transparência também ocasiona um estado de Equidade, ou seja, um tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados: servidores ativos, aposentados, pensionistas, o ente federativo, agentes internos ou externos, servidores da unidade gestora, prestadores de serviços, agentes financeiros, órgãos de supervisão, orientação e supervisão bem como a sociedade em geral com os quais o RPPS cumpre rigorosamente os passos deste relacionamento.

A transparência acarreta a visualização da prestação de contas, ou seja, os agentes de governança: administradores, gestores, conselheiros tornam-se responsáveis pelos seus atos e omissões. Com esses mecanismos a organização possibilita que todos os envolvidos no sistema previdenciário mantenham esta rotina em suas atividades administrativas relacionadas a seus controladores ou representados.

A transparência também mostra a responsabilidade corporativa, ou seja, o zelo com os recursos do RPPS, com o objetivo de serem alocados segundo a legislação que rege a matéria e para os fins a que se destina: pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. Também denota a adoção de um conjunto de iniciativas que revelam preocupações sociais e ambientais abrangendo desde ações para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores até cooperação com ações sociais, mitigação de impactos ambientais, dentre outras, como bem dispõe o Manual do Pró-Gestão RPPS.

Como mostrado nos demais relatórios tudo se encontra disponibilizado no Portal do IPSEMC, por exemplo:

I- Normas e/ou documentos corporativos

1) Leis – Legislação Previdenciária no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx
2) Atas do Comitê de Investimentos no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx
3) Atas do Conselho Administrativo: CAMPREV no Menu: Conselhos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev.aspx
4) Atas do Conselho Fiscal: CONFIPREV no Menu: Conselhos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev.aspx
5) Atas da Diretoria Executiva no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/diretoriaexecutiva.aspx
6) Periódico Oficial do IPSEMC – POI no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/diretoriaexecutiva.aspx
7) Calendário de Reunião dos Conselhos no Menu: Conselhos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_calendario.aspx
8) Calendário de Reunião da DE no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/executiva_calendario.aspx

9) Organogramas dos Conselhos no Menu: Conselhos nos links: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_organograma.aspx e http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev_organograma.aspx respectivamente.
10) Código de Ética no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx
11) Cronograma das Ações Previdenciárias no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cronogramaacoes.aspx
12) Histórico do IPSEMC / Resumo no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/historico.aspx
13) Organograma do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/organograma.aspx
14) Relatório de Gestão Atuarial no Menu: Relatórios de Gestão no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx
15) Relatório Anual de Governança / Gestão do IPSEMC no Menu: Relatórios de Gestão no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx
16) Relatório de Controle Interno no Menu: Relatórios de Gestão no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx
17) Planejamento Estratégico no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planejamentoestrategico.aspx
18) Acórdãos do TCE-PB - Prestações de Contas do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/tce.aspx
19) Termos de Uso do Portal no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/termos.aspx
20) Política de Privacidade no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/politica.aspx
21) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP emitido pelo Ministério da Economia – ME/SPREV no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx
22) Relatório de Avaliação Atuarial / DRAA no Menu: Relatórios de Gestão no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/draa.aspx
23) Relatório de Análise de Hipóteses no Menu: Relatórios de Gestão no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/atuarial/hipoteses_2021.pdf
24) Demonstrativo de Investimentos DIPR no Menu: Investimentos no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dipr/consultarDemonstrativos.xhtml
25) DAIR no Menu: Institucional no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml
26) DPIN no Menu: Institucional no link: https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml
27) Certidões Negativas do IPSEMC no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/certidoes.aspx
28) No Menu: Carta de Serviços além das informações sobre os vários serviços tem o Guia de Benefícios no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/guiabeneficios.aspx
29) Cartilha Previdenciária no Menu: Carta de Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx
30) Programa de Educação Previdenciária - Preparação para Aposentadoria - PPA no Menu: Carta de Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx
31) Programa de Educação Previdenciária / Pós Aposentadoria no Menu: Institucional no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/
32) Formulários APRs – Autorização de Aplicação e Resgastes no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx

33) Atas do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx
34) Organograma do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_organograma.aspx
35) Calendário do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_calendario.aspx
36) Demonstrativos de Investimentos no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_demonstrativo.aspx
37) Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/editalcredenciamento.aspx
38) Laudo de Credenciamento de Instituições Financeiras no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx
39) Política Anual de Investimentos - PAI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/investimento_politica.aspx
40) Relatório Analítico de Investimentos no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimento.aspx
41) Relatório de acompanhamento dos Investimentos no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx
42) Relatório Anual de Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/investimentoAcomp_43.pdf
43) Relatório de Solvência / ALM no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/solvencia.aspx
44) Contabilidade / Transparência (onde constam: Empenhos, Balancetes e Balanço Anual) do IPSEMC no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/transparencia.aspx
45) Auto Atendimento (contracheque) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
46) Auto Atendimento (declaração de IRRF) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
47) Auto Atendimento (extrato previdenciário) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
48) Legislação / Resoluções e outros no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx
49) Previpsemc (Informativo do IPSEMC) no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx
50) Consulta a Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida pelo IPSEMC no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ctc.aspx
51) Atendimento de Processos que estejam vinculados ao Portal no Menu: Serviços no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx
52) Menu: Contato, por meio do qual o(a) segurado(a) e/ou cidadão outro poderá entrar em contato para fins de atendimento previdenciário.
53) Menu: Ouvidoria – por meio do qual o(a) segurado(a) e/ou cidadão poderá também entrar em contato para assuntos previdenciários de seu interesse.
54) Menu: Pesquisa de Satisfação – por meio da qual o(a) segurado(a) poderá colaborar opiando, sugerindo, avaliando a governança previdenciária do Município.

II- Outro Canal de Transparência é o TCE-PB que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.

III- Outro Canal de Transparência é o Ministério da Previdência / Secretaria Especial de Previdência também que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.

IV- **Resumo: Tudo está à disposição dos segurados:**
a) Lei de Criação do IPSEMVB;
b) Acórdãos do TCE-PB;
c) Leis federais que regem RPPS;
d) Lei Previdenciária Municipal;

e) Atas dos colegiados;
f) Código de Ética;
g) Os regimentos internos;
h) O Planeamento Estratégico;
i) Portarias Ministeriais;
j) Práticas contábeis;
k) Tudo está disponibilizado no Portal da Autarquia;
l) Outros que possam existir no âmbito da entidade.

8.4 Pesquisa de Satisfação

8.4.1 Apresentação

O **IPSEMC** realiza periodicamente pesquisas de satisfação com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à comunidade de segurados. No primeiro e no segundo trimestre de 2026, a pesquisa foi aplicada de forma presencial, abrangendo aposentados, pensionistas, servidores ativos e demais usuários dos serviços do Instituto.

Este relatório apresenta os resultados quantitativos e qualitativos obtidos no período de janeiro a março e abril a junho de 2026, contribuindo para a avaliação da qualidade dos serviços, a identificação de pontos fortes e de oportunidades de melhoria. Difere do relatório próprio da Ouvidoria, que possui estrutura, critérios e metodologia específicos de análise.

8.4.2 Objetivos da Pesquisa

- Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo **IPSEMC** a partir da percepção dos usuários.
- Identificar pontos de excelência e aspectos que necessitam de aprimoramento.
- Reforçar o compromisso com a melhoria contínua e com a excelência no atendimento ao público.
- Subsidiar a gestão na adoção de ações corretivas ou de manutenção dos padrões de qualidade.
- Fortalecer os mecanismos de participação, escuta e transparência institucional.

8.4.3 Metodologia e Base de Dados

A consolidação considerou um formulário por participante. Os dois formulários digitalizados em duplicidade foram excluídos da contagem, de forma a preservar a fidedignidade dos resultados.

Os quatro critérios avaliados foram cordialidade, agilidade, qualidade dos serviços e ambiente físico. As respostas foram distribuídas entre as categorias “muito satisfeito”, “satisfeito”, “pouco satisfeito” e “insatisfeito”.



***Figura 1** - Resultados consolidados dos critérios adotados*

8.4.4 Critérios Percentuais da Avaliação

a) ***Cordialidade-*** Avalia a educação, o respeito e a atenção demonstrados pelos servidores no atendimento ao público, considerando aspectos como acolhimento, paciência, disponibilidade e tratamento dispensado ao usuário.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 90,48%; Satisfeito: 9,52%; Pouco satisfeito: 0%; Insatisfeito: 0%.



Figura 2 - Critério de Cordialidade

b) ***Agilidade*** - Mede a rapidez e a eficiência no atendimento e na execução dos serviços demandados pelos usuários.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 80,95%; Satisfeito: 16,67%; Pouco satisfeito: 2,38%; Insatisfeito: 0%.



Figura 3 *- Critério de Agilidade*

c) ***Qualidade dos serviços*** - Refere-se à precisão, à clareza, à confiabilidade e à adequação técnica das informações, orientações e soluções prestadas. **RESULTADOS**: Muito satisfeito: 80,95%; Satisfeito: 19,05%; Pouco satisfeito: 0%; Insatisfeito: 0%.



Figura 4 *- Critério de Qualidade dos Serviços*

d) ***Ambiente físico*** - Avalia as condições estruturais, de acessibilidade, conforto, higiene, limpeza e organização do espaço físico de atendimento ao público.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 92,86%; Satisfeito: 7,14%; Pouco satisfeito: 0%; Insatisfeito: 0%.



Figura 5 *- Critério de Ambiente Físico*

8.4.5 Resultados Consolidados – Percentuais Gerais

Tabela 1 - Resultados dos critérios adotados

Critério	Muito satisfeito	Satisfeito	Pouco satisfeito	Insatisfeito
Cordialidade	90,48%	9,52%	0%	0%
Agilidade	80,95%	16,67%	2,38%	0%
Qualidade dos serviços	80,95%	19,05%	0%	0%
Ambiente físico	92,86%	7,14%	0%	0%

Os resultados consolidados demonstram a predominância das categorias “muito satisfeito” e “satisfeito” nos quatro critérios analisados. Não houve registro de participantes insatisfeitos.

8.4.6 Análise Qualitativa: Comentários dos Usuários

Todos os registros manuscritos nas fichas de pesquisa foram analisados e organizados por categoria: elogios, recomendações, críticas e observações.

a) Principais elogios
- Atendimento cordial, atencioso e humanizado.
- Rapidez e eficiência no atendimento.
- Educação, paciência e disponibilidade dos servidores.
- Qualidade das informações e orientações prestadas.
- Ambiente acolhedor, limpo, organizado e agradável.
- Capacidade dos servidores para solucionar dificuldades apresentadas pelos usuários.

b) Comentários registrados
- “Sempre atendido com muita cordialidade e sou grato a todos.”
- “Muito bom atendimento, atenção e cordialidade.”
- “Excelente atendimento, cordialidade e agilidade.”
- “Ambiente acolhedor, limpo e agradável.”
- “Fui muito bem atendida, com rapidez e eficiência.”

- “Todo atendimento perfeito.”
- “Grata pela atenção e cordialidade.”
- “Atendimento realizado com atenção e agilidade.”
- “Sempre que preciso, sou muito bem atendida.”
- “Só tenho que agradecer aos funcionários do **IPSEMC**.”

c) Críticas e observações

Foram registradas observações pontuais relacionadas à indisponibilidade temporária de internet durante um atendimento e a uma dificuldade ocorrida no procedimento de Prova de Vida. No caso referente à Prova de Vida, o próprio participante informou que a situação foi resolvida após o contato da servidora com a empresa responsável.

Também houve registro de avaliação “pouco satisfeito” no critério agilidade, o que reforça a importância do acompanhamento dos sistemas, dos fluxos e das condições operacionais necessários ao atendimento, processos contínuos de melhorias.

8.4.7 Providências Avaliadas

Embora não tenham sido registradas avaliações como “insatisfeito”, as observações relacionadas à indisponibilidade de internet e ao procedimento de Prova de Vida devem ser consideradas como oportunidades de aperfeiçoamento.

- Manter o acompanhamento da estabilidade da conexão de internet e dos sistemas utilizados no atendimento.
- Avaliar continuamente os fluxos relacionados à Prova de Vida e a outros serviços digitais.
- Preservar os padrões de cordialidade e qualidade reconhecidos pelos usuários.
- Acompanhar o tempo de atendimento e de resolução das demandas.
- Registrar e encaminhar aos setores competentes as ocorrências que dependam de empresas contratadas ou de sistemas externos.
- Divulgar orientações claras sobre os procedimentos presenciais e digitais disponibilizados pelo Instituto.

As providências devem ser adotadas conforme a competência de cada setor e observando os limites legais, técnicos e orçamentários.

8.4.8 Setores Envolvidos na Pesquisa

Setor de Processamento de Dados – SPD - Responsável pela compilação, tabulação, sistematização e análise estatística dos dados, bem como pelo atendimento institucional nos canais digitais, incluindo portal, redes sociais e sistema de mensagens. Atua na geração de planilhas, gráficos e relatórios destinados ao apoio à tomada de decisões e à divulgação dos resultados.

Setor de Atendimento - Recepção e Protocolo - Executa o atendimento presencial, telefônico e digital, além da aplicação e disponibilização dos formulários impressos de satisfação. Também realiza o primeiro contato com os segurados por meio dos canais institucionais, sendo parte central da experiência direta do usuário.

Diretoria de Benefícios e Assessoria Jurídica - Oferecem atendimento técnico especializado aos segurados, especialmente em demandas relacionadas a benefícios e direitos previdenciários. Também são responsáveis por analisar sugestões, dificuldades e manifestações direcionadas às respectivas áreas de atuação

Setor de Ouvidoria - Atua de forma proativa, analisando e correlacionando os resultados da pesquisa com outras manifestações recebidas institucionalmente. Propõe ajustes, contata os setores competentes, acompanha providências e consolida informações em relatórios internos e externos.

Controle Interno - Participa por meio do acompanhamento sistêmico da execução das atividades relacionadas à pesquisa, garantindo a conformidade dos processos com a legislação, os princípios da Administração Pública e os objetivos institucionais.

Presidência do IPSEMC - Aprova a realização da pesquisa, analisa os relatórios consolidados, delibera sobre providências e prioridades, articula os setores envolvidos e assegura a divulgação pública dos resultados, promovendo a cultura de aperfeiçoamento contínuo.

A Pesquisa de Satisfação destes trimestres de 2026 demonstra a manutenção da confiança dos usuários nos serviços oferecidos pelo **IPSEMC**, destacando-se os elevados índices de satisfação nos critérios cordialidade, agilidade, qualidade dos serviços e ambiente físico.

O ambiente físico apresentou o maior índice de avaliações como "muito satisfeito", seguido da cordialidade. A qualidade dos serviços e a agilidade também obtiveram resultados amplamente positivos.

A manifestação classificada como "pouco satisfeito" no critério agilidade e as observações relacionadas à indisponibilidade temporária de internet e à Prova de Vida serão consideradas como elementos de diagnóstico para o aperfeiçoamento dos processos.

Os elogios registrados demonstram o reconhecimento dos usuários em relação à atenção, à educação, à rapidez, à eficiência e à capacidade de resolução dos servidores. As críticas, sugestões e observações apresentadas serão consideradas com seriedade, dentro dos limites legais, técnicos e orçamentários, visando ao contínuo aperfeiçoamento institucional.

8.4.9 Sistematização da Pesquisa

Todos os registros manuscritos nas fichas de pesquisa foram analisados e organizados por categoria: elogios, recomendações, críticas e observações.

Entre os principais apontamentos registrados pelos participantes, destacam-se a valorização do atendimento humanizado, a cordialidade dos servidores, a rapidez na resolução das demandas, o ambiente acolhedor e o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados.

O **IPSEMC** agradece a cada participante da pesquisa pela confiança e colaboração. O diálogo com os usuários é fundamental para que o Instituto possa evoluir continuamente, com ética, respeito e responsabilidade no serviço público.

8.4.10 Princípios da Pesquisa de Satisfação do Ipsemc

1. Privacidade e proteção de dados - Garantia de que todos os dados pessoais, ainda que mínimos, sejam tratados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, respeitando a confidencialidade e o uso responsável das informações.

2. Anonimato do participante - A identidade do respondente não é coletada nem associada às respostas, protegendo-o de qualquer julgamento, constrangimento ou consequência negativa.

3. Voluntariedade - A participação deve ser espontânea, sem imposições, com liberdade para não responder ou deixar itens em branco.

4. Transparência - Devem ser apresentados de forma clara o objetivo da pesquisa, a forma de utilização dos dados e os meios pelos quais os resultados serão divulgados.

5. Finalidade pública e institucional - A pesquisa deve ser utilizada exclusivamente para aprimorar os serviços, não podendo ser destinada a finalidades comerciais, promocionais ou pessoais.

6. Utilidade e aplicabilidade - As informações coletadas devem gerar elementos concretos para diagnóstico, melhoria contínua e tomada de decisão.

7. Acessibilidade - O instrumento deve ser compreensível e acessível aos diferentes públicos, respeitando o nível de letramento, o idioma e possíveis deficiências dos participantes.

8. Responsabilidade técnica - A pesquisa deve ser conduzida com rigor, zelo e ética pelos setores responsáveis, que devem garantir a fidelidade dos registros e a integridade dos resultados.

8.4.11 Princípios para Publicação, Acompanhamento e Tomada de Decisões

1. Transparência institucional - Os resultados devem ser divulgados de forma clara, acessível e objetiva, demonstrando o compromisso da instituição com a verdade e a melhoria dos serviços públicos.

2. Prestação de contas - A instituição deve informar à sociedade as medidas avaliadas ou adotadas a partir dos dados coletados, considerando critérios técnicos, legais e orçamentários.

3. Planejamento orientado por evidências - Os resultados devem servir como base concreta para decisões estratégicas, reformulações de processos e definição de prioridades de gestão.

4. Compromisso com a melhoria contínua - Toda manifestação do usuário deve ser considerada um elemento relevante para o aperfeiçoamento dos serviços. Até mesmo os elogios devem ser analisados para identificar boas práticas.

5. Responsabilidade compartilhada entre setores – A análise e a execução das providências não devem ficar restritas a um único setor, mas envolver as áreas técnicas, administrativas e decisórias da instituição.

6.Viabilidade e legalidade das ações - Antes da adoção de qualquer medida sugerida pela pesquisa, deve ser verificada sua compatibilidade com a legislação, as competências institucionais e a disponibilidade de recursos.

7. Registro e monitoramento das providências - As sugestões, críticas e observações devem ser documentadas, acompanhadas e avaliadas periodicamente, com a definição de responsáveis e, quando aplicável, de prazos e indicadores.

8. Devolutiva aos usuários - Sempre que possível, deve ser divulgado o que foi realizado ou está em andamento, mesmo quando a providência não puder ser imediata. Esse procedimento fortalece a confiança institucional.

COMPROMISSO COM A MELHORIA CONTÍNUA

Os resultados desta pesquisa fortalecem a escuta institucional e orientam a manutenção das boas práticas e o aperfeiçoamento dos serviços prestados aos segurados e demais usuários do **IPSEMC**.

8.5 Atividades na Área de Compensação Previdenciária - COMPREV

A Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. O Decreto nº 3.112 de 06 de julho de 1999 dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que versa sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. A Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999 estabelece procedimentos operacionais para a realização da compensação previdenciária de que dispõe a Lei nº 9.796/99 e o Decreto nº 3.112/99. E a Portaria MF/MTPS nº 410, de 29 de julho de 2009 disciplina o art. 14-A do Decreto nº 3.112, de 06/07/2009, que dispõe sobre Compensação Previdenciária.

O Ipsemc até o 3º trimestre 2026 o Ipsemc conta com o seguinte histórico/resumo financeiro que conservamos no presente relatório evidenciando a situação atual junto ao COMPREV:

8.5.1 Resumo Financeiro da Compensação Previdenciária – COMPREV (até junho 2026)

VALOR RECEBIDO EM (R$)	VALOR PAGO EM R$
16.268. 424,69	434.519,71
Total Geral recebido + Valor Pago OBS. Visto que o valor pago já é compensado no próprio sistema).	**16.702.944,40**

Tabela: Resumo financeiro da Comprev

8.5.2 Amostragem gráfica dos Processos na COMPREV

ANO	PROCESSOS APROVADOS	TOTAL EM FLUXO
2021	10	140
2022	57	195
2023	93	272
2024	37	306
2025	37	341
2026	14	354

Tabela: Resumo Controle de Processos na Comprev

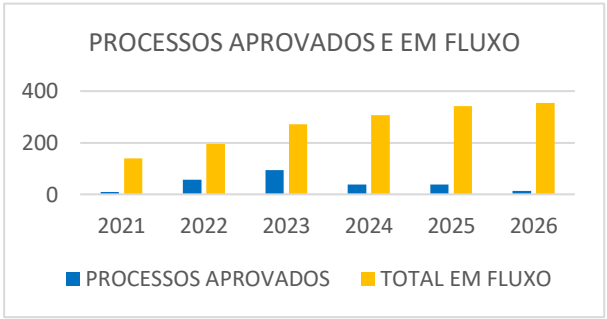
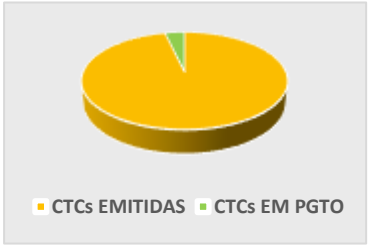


Gráfico : Comparativo de processos Compensação Previdenciária

8.5.3 CTCs Emitidas e CTCs em pagamento

a. 239 CTCs emitidas
b. 9 CTCs em pagamento



8.6 Gestão da Ouvidoria Previdenciária no IPSEMC, destaca-se:

A Ouvidoria desempenha um papel essencial na promoção da excelência no atendimento ao cliente previdenciário sendo um canal de comunicação fundamental entre a autarquia e seus segurados. Neste relatório, apresentamos uma simples análise abrangente das interações recebidas pela Ouvidoria no período de janeiro a junho de 2025 destacando os principais temas e tendências identificados.

8.6.1 Canais de Atendimento / Acesso à Ouvidoria

A Ouvidoria institucional é totalmente acessível como se pode verificar no próprio Portal da Autarquia www.ipsemc.pb.gov.br, conforme especificado na tabela a seguir:

ESTRUTURA COM FERRAMENTAS DE CONTATO DA OUVIDORIA	
CANAL	**DESCRIÇÃO**
Portal do Segurado	www.ipsemc.pb.gov.br
Menu: Ouvidoria	http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ouvidoria.aspx
Menu: Contato	http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contato.aspx
E-mail da Ouvidoria	ouvidoria@ipsemc.pb.gov.br
Telefones institucionais	(83) 3228-1434 / 3228-4799
WhatsApp Institucional	(83) 3228-1434
Pesquisa de Satisfação	http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/satisfacao.aspx
Presencial na sede do Instituto	Rua Vereador Benedito Ribeiro de Araújo, 648 Formosa - Cabedelo, PB - CEP 58101-132
Outros contatos disponibilizados no Portal	http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contato.aspx

Tabela 01 – Fonte: www.ipsemc.pb.gov.br

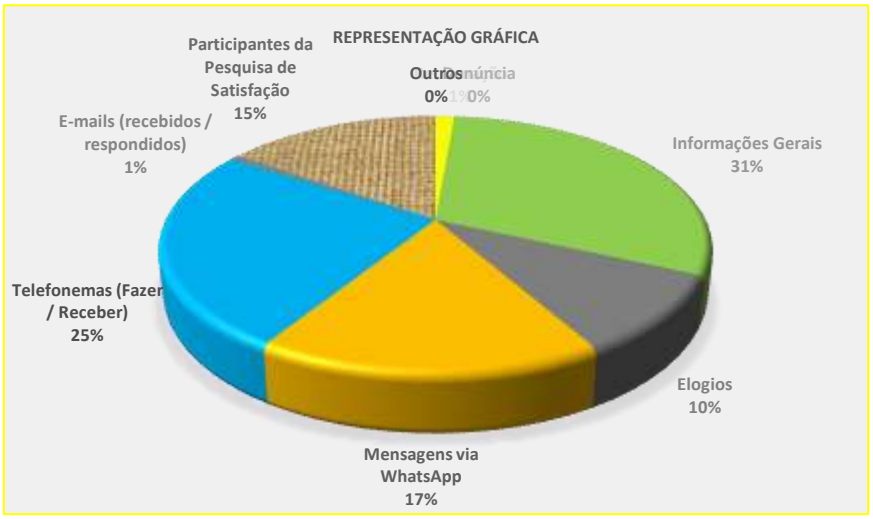
8.6.2 Estatística de Atendimentos / Demandas do Trimestre

TIPO DE DEMANDA / ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Reclamação	02
Denúncia	00
Informações Gerais	46
Elogios	15
Mensagens via WhatsApp	26
Telefonemas (Fazer / Receber)	38
E-mails (recebidos / respondidos)	01
Participantes da Pesquisa de Satisfação	23
Outros	00

Fonte: Ouvidoria Institucional do Ipsemc

CONSOLIDADO DA OUVIDORIA 3º TRIMESTRE 2026

8.6.3 Representação Gráfica



8.7 E-Social no âmbito do Sistema de Governança Previdenciária do IPSEMC, destaca-se:

O eSocial em órgão público é um sistema essencial para a gestão integrada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos entes da Administração Pública direta e indireta. Ele unifica o envio de informações que antes eram prestadas a diversos órgãos federais, trazendo mais padronização, transparência e controle.

1. **O que é o eSocial:** O eSocial é um ambiente nacional digital no qual os órgãos públicos informam, em tempo real ou periódico, dados relativos a:
   - vínculos funcionais;
   - folha de pagamento;
   - contribuições previdenciárias;
   - acidentes de trabalho;
   - afastamentos;
   - eventos de saúde e segurança do trabalho (SST).

Seu objetivo principal é **simplificar o cumprimento das obrigações legais** e melhorar a fiscalização e a qualidade das informações prestadas.

2. **Abrangência no setor público:** Nos órgãos públicos, o eSocial alcança:

   - servidores estatutários;
   - empregados públicos celetistas;
   - comissionados;
   - temporários;
   - estagiários;
   - agentes políticos, quando aplicável.

Cada vínculo possui regras específicas de registro, exigindo atenção especial na classificação correta dos eventos.

3. **Principais informações prestadas:** Entre os dados enviados ao eSocial pelos órgãos públicos, destacam-se:
   - cadastro do ente federativo e suas unidades;
   - admissão, exoneração, aposentadoria e óbito;
   - remunerações e descontos;
   - recolhimentos previdenciários;
   - afastamentos legais (licença, férias, cessão, etc.);
   - comunicações de acidente de trabalho (CAT);
   - exames médicos e condições ambientais de trabalho.

4. **Importância para a gestão pública:** A implantação do eSocial fortalece a administração pública ao:
   - aumentar a transparência da folha de pagamento;
   - reduzir inconsistências cadastrais e financeiras;
   - facilitar a fiscalização pelos órgãos de controle;
   - melhorar o planejamento previdenciário;
   - integrar informações com a Receita Federal, INSS, Ministério do Trabalho e TCU/CGU, conforme o caso.

5. **Desafios na implantação:** Apesar dos benefícios, os órgãos públicos enfrentam desafios como:
   - adequação dos sistemas de RH e folha;
   - integração entre setores (RH, contabilidade, jurídico, SST);
   - capacitação contínua das equipes;
   - saneamento de cadastros antigos;
   - adequação às normas específicas do regime estatutário e do RPPS.

6. **Reflexos para o RPPS:** Para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o eSocial é estratégico, pois:
   - melhora a qualidade das informações previdenciárias;
   - contribui para maior confiabilidade nos dados atuariais;
   - fortalece a governança previdenciária;
   - auxilia no cumprimento das exigências legais e de controle externo.

O eSocial não é apenas uma obrigação acessória, mas uma ferramenta de modernização da gestão pública. Quando bem implementado, promove eficiência administrativa, segurança jurídica e maior controle sobre os gastos com pessoal, sendo fundamental para a sustentabilidade fiscal e previdenciária dos órgãos públicos.



7. **Matriz de Riscos do e-Social:** Apresentamos um print a seguir da parte da Matriz de Riscos que mostra Cabedelo em um Bom Nível no e-Social:

ENTE FEDERATIVO	UF	FONTE: DRRA	ATIVOS	INATIVOS	COMP	EXTRAÇÃO DE 08/2025		PONTUAÇÃO		CLASS. RISCO
						S-1202	S-1207	S-1202	S-1207	
Cabedelo	PB	2025	1789	661	202501	2137	658	119,45%	99,55%	BOM NÍVEL DE ENVIOS
Cabo de Santo Agostinho	PE	2025	4022	1920	202501	3945	1928	98,09%	100,42%	BOM NÍVEL DE ENVIOS
Cabo Frio	RJ	2025	5711	2074	202501	6139	1982	107,49%	95,56%	BOM NÍVEL DE ENVIOS
Cabrobó	PE	2025	864	405	202501	851	405	98,50%	100,00%	BOM NÍVEL DE ENVIOS
Caçador	SC	2025	1033	687	202501	1208	0	116,94%	0,00%	EM RISCO
Caçapava do Sul	RS	2025	939	649	202501	866	612	92,23%	94,30%	BOM NÍVEL DE ENVIOS
Cacaulândia	RO	2025	215	41	202501	200	24	93,02%	58,54%	REQUER ATENÇÃO

8.8 Atividades Jurídicas / Contencioso

Nas reuniões de Planejamento Estratégico visando o acompanhamento das ações em todas as áreas do Ipsemc obteve-se o resultado quanto aos processos judiciais além de todos os pareceres emitidos nos processos de aposentadorias e pensões da instituição.

O contencioso judicial é quando existe um conflito de interesses no sentido de analisar e compreender sua defesa nos processos que estejam em tramitação, com a juntada de peças que sejam necessárias à constituição de provas a serem usadas para os fins a que se destina. Essas ações são conduzidas com extremo zelo, dedicação e amplo conhecimento do litígio para que o resultado seja eficaz. Portanto, tem-se a informar a seguir:

8.8.1 Relatório de Avaliação do Passivo Judicial – 3º Trimestre

Os Relatórios que são semestrais, o do segundo semestre demonstra o resultado anual. São publicados no Portal do IPSEMC: www.ipsemc.pb.go.br no Menu: Relatórios de Gestão – link: **http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriopassivo.aspx**, o qual trata do Passivo Judicial Líquido até 31.12.2025 e relata sobre:

- Precatórios;
- Pareceres emitidos em todos os processos de concessão de benefícios, licitações, contratações; revisão de legislação, entre outros;
- Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizadas;
- Processos ativos, baixados, como autor, como réu, etc. etc.
- Despachos jurídicos; e,
- Demonstra tabela anual quantificada.

PASSIVO JUDICIAL LIQUIDADO	
Pareceres Jurídicos emitidos em processos de concessão de benefícios, contratações, outros...	85
Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizados.	15
Despachos jurídicos diversos	33
Processos ativos	48
Processos baixados	00
Processos como Autor	00
Processos como Réu	48
Processos na Comarca de Cabedelo-PB	47
Processos em outras Comarcas	01
Processos em fase de conhecimento	20
Processos em fase de execução	28
Precatórios	01

Atividades Jurídicas / Contenciosos

8.9 Portal do Ipsemc com Cara Nova

Criado em 2006 e permanentemente atualizado, tem sido objeto de constante reformulação e adaptação, tendo em vista ser uma poderosa ferramenta de transparência. A cada ano o portal do Ipsemc vem agregando serviços e sendo disseminado como um canal de comunicação e prestação de serviços junto a seus usuários e comunidade de modo geral. Assim, sofre um aumento significativo nos acessos.

O Portal tem como objetivo também atender à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o que proporciona maior transparência, além de promover a divulgação e conscientização dos servidores a respeito do Instituto, seus serviços e funções perante os segurados.

Neste ano, com grande satisfação que apresentamos o novo Portal do **RPPS – IPSEMC**, totalmente reformulado para oferecer uma experiência mais moderna, intuitiva e acessível aos segurados, aposentados, pensionistas, servidores e à sociedade.

Com uma nova identidade visual e uma estrutura mais organizada, o portal foi desenvolvido por servidores da autarquia, para facilitar o acesso às informações, ampliar a transparência da gestão e fortalecer a comunicação entre o Instituto e seus públicos.

Mais do que uma mudança de aparência, o novo portal representa um importante avanço na modernização da administração pública, reunindo em um único ambiente informações institucionais, legislação, investimentos, transparência, prestação de contas, notícias, serviços, formulários, acesso à Ouvidoria, Portal da Transparência e demais conteúdos essenciais para o acompanhamento da gestão previdenciária.

A iniciativa reafirma o compromisso do IPSEMC com os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e governança, alinhando-se às boas práticas de gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social e às exigências dos programas de certificação e modernização da gestão.

O IPSEMC continua com o mesmo propósito de sempre: cuidar do presente e garantir a segurança previdenciária do futuro, com responsabilidade, transparência e compromisso com a excelência.

Portal do Ipsemc: http://www.ipsemc.pb.gov.br

8.10 Sistema RPPS Digital / Acompanhamento de Processos

8.10.1 Inovação Digital dos Processos no IPSEMC

O investimento em ferramentas tecnológicas tornou-se um pilar estratégico fundamental para a autarquia institucional. A inovação digital é um caminho irreversível na busca por melhores resultados, transformando a lógica dos processos físicos em operações digitais ágeis e eficientes. No IPSEMC, essa transformação trouxe avanços significativos, como a economia de papel e a agilidade processual. As soluções digitais proporcionaram uma organização superior dos processos e facilitaram novos formatos de comunicação entre clientes, servidores e fornecedores, além de aumentar a visibilidade institucional.

8.10.2 Metodologia de Gestão e Mensuração de Resultados

O processo de acompanhamento dessa transição foi desafiador, mas os resultados positivos validaram nosso propósito de adotar uma gestão orientada por resultados. Utilizamos uma metodologia que permite aferir informações de forma valorativa, sempre em conformidade com os aspectos legais. A mensuração dos resultados é essencial para que a alta administração do RPPS possa avaliar o progresso em relação aos objetivos estratégicos, assumindo responsabilidade pelos atos de gestão, independentemente de interferências políticas e limitações orçamentárias.

8.10.3 Compromisso com a Excelência Pública

A implantação e a utilização do processo digital no âmbito do Ipsemc representa um importante avanço na modernização da gestão previdenciária, proporcionando significativa economia de recursos públicos, maior eficiência administrativa e fortalecimento da governança institucional.

Com a digitalização dos processos, houve redução expressiva dos gastos com papel, impressão, cópias, capas, toners, armazenamento físico e transporte de documentos. Além disso, a tramitação eletrônica diminui custos indiretos relacionados ao tempo de deslocamento, à organização de arquivos físicos e à necessidade de espaços destinados ao armazenamento documental.

Outro aspecto relevante é a otimização do tempo de análise e tramitação dos processos administrativos. A automatização dos fluxos permite maior celeridade na emissão de pareceres, despachos e decisões, reduzindo retrabalhos e aumentando a produtividade dos servidores. Essa eficiência gera reflexos positivos na qualidade do atendimento aos segurados e na capacidade de resposta da gestão previdenciária.

A utilização do processo digital também contribui para a sustentabilidade ambiental, reduzindo o consumo de papel e promovendo práticas alinhadas à responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

Além da economia financeira, o ambiente digital fortalece os mecanismos de controle, transparência e segurança das informações, possibilitando rastreabilidade dos atos administrativos, preservação documental e acesso rápido aos dados, fatores essenciais para uma gestão previdenciária moderna, eficiente e comprometida com os princípios da administração pública.

Assim, a transformação digital no Ipsemc não representa apenas inovação tecnológica, mas uma medida estratégica de economicidade, governança e eficiência, capaz de gerar benefícios permanentes para a administração, os servidores e toda a sociedade.

8.10.4 Amostragem gráfica com os resultados obtidos por meio da utilização do Sistema RPPS Digital

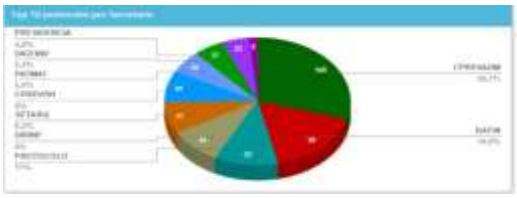
a) Utilização de Assinaturas e carimbos pela Equipe Previdenciária via sistema / economia de papel / desempenho por setor/servidor



b) Folhas Ofício economizadas no 3º Trimestre/2026

MESES	QTDE
JULHO	5.495
AGOSTO	5.574
SETEMBRO	6.130
TOTAL	17.199

c) Protocolos por setor



8.11 Atividades no âmbito das dimensões: Administrativa, Financeira e Contábil

8.11.1 Amostragem da evolução das reservas previdenciárias até março/2026 após conciliação bancária final

Evolução do Patrimônio Líquido por Exercício Financeiro

Exercício	Valores em R$
2004	3.801.369,64
2005	7.720.398,27
2006	11.527.806,89
2007	16.805.964,94
2008	23.385.589,23
2009	27.684.164,86
2010	32.706.883,52
2011	42.132.348,13
2012	49.970.428,76
2013	61.002.778,13
2014	77.548.201,39
2015	98.804.535,88
2016	124.144.697,33
2017	148.882.898,58
2018	171.450.533,98
2019	202.381.695,29
2020	225.504.466,40
2021	235.843.274,51
2022	266.555.840,89
2023	329.331.116,93
2024	364.025.759,33
2025	440.058.318,30
2026	494.855.870,23



Amostragem Gráfica da Evolução do Patrimônio

Tabela: Evolução do patrimônio líquido por exercício financeiro

8.12 Receitas Previdenciárias (Gestão Contábil)

8.12.1 Receitas Previdenciárias

Período de referência: 3º trimestre de 2026 (julho a setembro). Valores arrecadados em cada mês.

	VALORES EM R$		
CATEGORIA	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**
Contribuição Servidor Civil 14% - 1215.01.00.00	R$ 1.503.030,65	R$ 1.510.504,84	R$ 1.493.824,45
Contribuição Patronal - 7215.02.00.00	R$ 1.440.213,03	R$ 1.445.773,70	R$ 1.432.561,57
Aportes Periódicos para Amortização de Deficit Atuarial - 1999.99.21.07	R$ 872.779,08	R$ 3.009.907,22	R$ 854.962,66
Recebimento do Comprev - 1999.03.00.00	R$ 3.919,95	R$ 434.297,12	R$ 143.360,90
Parcelamentos - 7215.03.00.00	R$ 267.640,21	R$ 269.056,67	R$ 269.272,71
Remuneração dos Investimentos (rendimentos) - 1321.04.01.00	R$ 5.924.215,98	R$ 5.416.943,19	R$ 9.194.331,63
(-) Desvalorização dos Investimentos (dedução da receita) - 9321.04.01.00	-R$ 465.932,60	-R$ 628.617,40	-R$ 61.079,09
Outras Receitas - 1999.99.12.06	R$ 3.189,97	R$ 51.615,95	R$ 4.104,25
Outras Receitas - Taxa de Administração - RPPS - 1999.99.21.05	R$ 308.539,58	R$ 309.672,34	R$ 306.753,19
TOTAL ARRECADADO NO MÊS	**R$ 9.857.595,85**	**R$ 11.819.153,63**	**R$ 13.638.092,27**

Fonte: Balancetes Mensais – Receita Prevista com a Realizada – Anexo 10 da Lei nº 4.320/64 (julho a setembro de 2026). A desvalorização dos investimentos corresponde às deduções da receita de remuneração dos recursos do RPPS.

8.12.1.1 Análise Suscinta

O IPSEMC arrecadou R$ 35,31 milhões no trimestre. A maior parte veio dos rendimentos das aplicações financeiras, que somaram R$ 19,38 milhões líquidos (55% do total), com destaque para setembro (R$ 9,13 milhões). As contribuições de servidores, patronal e parcelamentos se mantiveram estáveis, em torno de R$ 3,2 milhões por mês. Os aportes do Município para amortização do déficit atuarial somaram R$ 4,74 milhões, concentrados em agosto (R$ 3,01 milhões).

8.12.3 Despesas Previdenciárias

Despesas liquidadas no 3º trimestre de 2026 (julho a setembro).

Despesa	Valor (R$)
Pagamento de Aposentadorias	9.835.928,33
Pagamento de Pensões	872.943,83
Despesas Administrativas	728.741,01
Total	**11.437.613,17**

Fonte: Balancete Orçamentário – Anexo II – Quadro Detalhado da Despesa (QDD), julho a setembro de 2026, despesa liquidada no mês. Aposentadorias: elemento 3190.01; Pensões: elemento 3190.03; Despesas Administrativas: ação 2033 (fonte 18020000 – Taxa de Administração).

8.12.3.1 Análise Suscinta das Despesas

As despesas do trimestre somaram R$ 11,44 milhões, dos quais 93,6% foram destinados ao pagamento de benefícios. A folha de aposentadorias e pensões manteve-se estável, com média de R$ 3,57 milhões por mês. As despesas administrativas (R$ 0,73 milhão) ficaram dentro da Taxa de Administração arrecadada no período (R$ 0,92 milhão), utilizando 79% desse recurso.

8.12.4 Resultado Financeiro do Período

Indicador	Valor (R$)
Receita Total	35.314.841,75
Despesa Total	11.437.613,17
Superávit	**23.877.228,58**

Receita Total: soma das receitas do item 8.11.2. Despesa Total: despesa liquidada do item 8.11.3.

8.12.4.1 Análise sobre o Resultado do Período

O trimestre encerrou com superávit de R$ 23,88 milhões: para cada R$ 1,00 de despesa, entraram R$ 3,09 de receita. O resultado foi positivo nos três meses (julho: R$ 6,06 milhões; agosto: R$ 8,00 milhões; setembro: R$ 9,82 milhões). Vale destacar que o superávit se apoia nos rendimentos financeiros e nos aportes do Município: sem esses dois itens, a receita do trimestre (R$ 11,20 milhões) ficaria ligeiramente abaixo da despesa (R$ 11,44 milhões). O superávit é incorporado às reservas do RPPS, que garantem o pagamento dos benefícios futuros.

8.13 Atividades na área de Gestão de Arquivo - Documentos

Durante o terceiro trimestre de 2026, continuamos avançando na implementação do RPPS Digital, podendo atender melhor o que preconiza o Manual de Gestão Previdenciária – Volume V Arquivo Institucional de forma mais eficiente porque com a transformação dos processos e demais documentos para procedimentos eletrônicos a economia de trabalho, tempo e papel é muito relevante.

A Comissão de Descarte vem atuando efetivamente possibilitando melhor organização e consequente otimização do setor e tudo isso registrado em reuniões que dão destino aos documentos existente no Arquivo.

Na tabela a seguir evidenciou-se alguns quantitativos, destacando-se um resumo das atividades do SETARQ.

8.13.1 Ações do SETARQ Terceiro Trimestre 2026

Acórdãos de aposentados e pensionistas inseridos no sistema.	**14**
Adequações de processos de aposentadorias de acordo com a Tabela de Temporalidade	16
Inserção de Alertas do TCE/PB (Acompanhamento da Gestão)	02
Envio de processos para compensação previdenciária – COMPREV	14
Fragmentação de Xerox duplicadas que foram retirados dos prontuários de servidores. (Cada Lote corresponde em média a 300 folhas)	06 Lotes
Inserção de Processos Físicos de Aposentadorias e Pensões no Sistema	25
Informações trimestrais de notificações do TCE/PB ao IPSEMC.	Via Link
Pesquisa no site do TCE em busca de notificações e outros referentes ao Ipsemc	50
Pesquisa no site da Prefeitura em busca de leis e decretos	50
Protocolos criados no sistema de processos	39
Protocolos Finalizados no Sistema	137

Tabela: Ações SETARQ 2026

Para este ano de 2026 adentramos com o objetivo de, para além do arquivo físico, completar o arquivo digital e, com a reforma do prédio-sede concluída organizamos o espaço destinado ao arquivo físico existente por meio da aquisição de **Mobiliários** para melhor guarda dos documentos.

8.14 Amostragem Resumida das Atividades / Desafios Vencidos e Conquistas obtidas no 3º Trimestre 2026

ORDEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	QUANTIDADE
01	Aposentadoria por tempo de contribuição	020
02	Pensão Vitalícia por morte de Aposentado	002
03	Benefícios cessados por morte	003
04	Processos Benefícios Indeferidos	008
05	Certidões de Tempo de Contribuições expedidas (do início até a presente data)	239
06	Solicitações outras	018
07	Processos encaminhados ao TCE-PB para homologação da Corte	020
08	Portarias expedidas	039
09	Resoluções Normativas expedidas	001
10	Concessão de Margens Consignadas para a CEF	
11	Certidões de Tempo de Contribuições recebidas no ano	008
12	Declarações e ou Certidões outras expedidas	007
13	Ofícios expedidos	138
14	Memorando expedidos – Sistema Ipsemc	017
15	Memorando expedidos – Sistema 1DOC	025
16	Circulares expedidas – Sistema 1DOC	002
17	APRs expedidas	032
28	Notificações do TCE-PB respondidas	002
29	Despachos diversos realizados	563
20	Cartas de homenagem a aposentados	020
21	E-mails respondidos	035
	Informações Gerais em atendimento ao cidadão – SERPRO	
23	Mensagens via WhatsApp – SERPRO	033
24	Registro de Atendimento – Controle Acesso – SERPRO	756
25	Abertura de Processos de aposentadorias	021
26	Aberturas de Processos de Pensões	002
27	Prova de Vida Aposentados	135
28	Prova de Vida Pensionistas	032
29	Atendimento telefônico (fazer/receber) – SERPRO	052
30	Processos realizados ref. a CTCs Aposentadorias, Demandas Judiciais	029
31	Memorando Expedidos – SERPRO	018
32	Ofícios expedidos – SERPRO	079
33	Processos Diversos	022
34	Publicada a Cartilha Previdenciária – Reforma da Previdência	
35	Atualização para ajustes de Manuais das dimensões / áreas do Ipsemc.	
36	Atualização para ajustes de Mapeamentos das dimensões / áreas do Ipsemc	
37	Elaboração do Relatório de Governança 1º Trimestre	
38	Elaboração dos Relatórios Mensais de Acompanhamento dos Investimentos	
39	Elaboração do Relatório Trimestral de Controle Interno	
40	Elaboração Novo Portal do IPSEMC em customização	
41	Controle de Bens Patrimoniais móveis, material de higiene e limpeza, consume e expediente atualizados.	
42	Realizadas três (3) Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV	
43	Elaboradas Atas das Reuniões	003

44	Realizadas três (4) Reuniões Extraordinárias do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDPREV	
45	Elaboradas Atas das Reuniões	
46	Realizadas três (3) Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
47	Elaboradas Atas das Reuniões	003

48



O IPSEMC realizou, no dia 17 de julho de 2026, mais uma edição do Seminário Municipal de Previdência junto com a Prestação de Contas 2026, reunindo servidores, segurados, conselheiros, gestores e demais participantes em um importante momento de aprendizado, integração e fortalecimento da cultura previdenciária.

O seminário também reforçou uma mensagem essencial: gestores, servidores, conselheiros e segurados fazem parte de um mesmo sistema e compartilham o compromisso de fortalecer a previdência municipal. A realização do evento reafirma o compromisso do IPSEMC com a educação previdenciária, a transparência, a sustentabilidade, a qualificação profissional e a melhoria contínua da gestão. Agradecemos a todos os servidores, segurados, conselheiros, palestrantes e participantes que contribuíram para o sucesso do evento. Nosso agradecimento também aos secretários municipais e dirigentes que colaboraram com a liberação dos servidores, reconhecendo a importância da capacitação e da disseminação do conhecimento previdenciário. Juntos e capacitados somos mais fortes!

49



Ipsemc realiza Audiência Pública Anual – Prestaçao de Contas Exercício 2025





50

IPSEMC e Centro de Convivência do idoso promovem atividade especial em homenagem ao Dia dos Avós Na terça-feira, 28 de julho, a professora Andréia Pereira realizou, no pátio externo do IPSEMC, uma atividade especial em homenagem ao Dia dos Avós, celebrado oficialmente em 26 de julho. A programação reuniu os participantes das aulas de Educação Física em um momento marcado por mensagens de motivação, dinâmicas, brincadeiras e muita integração. Como a maioria das participantes é da terceira idade e muitas delas são avós, a ação proporcionou um momento especial de reconhecimento, carinho e valorização de suas histórias, experiências e contribuições para as famílias e para a sociedade. Além de promover bem-estar físico e emocional, a iniciativa reforça a importância das atividades coletivas para o envelhecimento ativo e saudável, incentivando a autoestima, a socialização e a qualidade de vida. Mesmo tendo sido realizada após a data oficial, em razão do fim de semana, a homenagem foi marcada por alegria, participação e demonstrações de afeto.



51



Visita técnica dos nossos colaboradores Dárcio Xavier - Controle Interno e Vanessa Lena à amada PBPREV visando a troca de experiências na busca pela melhoria contínua do nosso RPPS/Ipsemc. Agradecemos profundamente ao Prof. José Antônio por meio das excelentes profissionais Fatima Marinho e Kyscia Mary Di Lorenzo pelo atendimento e carinho de sempre.

52

Servidores e conselheiros do IPSEMC participaram do VII Congresso Estadual de Previdência da ASPREVPB, realizado entre os dias 12 e 14 de agosto, em João Pessoa, representando o Instituto em três dias de qualificação, atualização técnica e troca de experiências. A programação reuniu temas fundamentais para o fortalecimento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, como governança, investimentos, Pró-Gestão, controle externo, inteligência artificial aplicada às atividades institucionais, equilíbrio atuarial, sustentabilidade, Pró-Regularidade, compliance, transparência e concessão de benefícios previdenciários. O IPSEMC





também esteve representado na programação técnica pelo Diretor de Gestão Atuarial, Thiago Silveira, que ministrou palestra sobre "Sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência", abordando equilíbrio atuarial, déficit previdenciário, responsabilidade do ente federativo e desafios dos planos de equacionamento. A participação de servidores e conselheiros em eventos de capacitação contribui para o aperfeiçoamento permanente da gestão, para o intercâmbio de experiências e para o fortalecimento institucional do RPPS de Cabedelo.

53



Servidores do IPSEMC participam de capacitação sobre inovação na Administração Pública Dois servidores do IPSEMC participaram, no dia 21 de agosto, de uma capacitação promovida pela SEDEP (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portos de Cabedelo) e oferecida gratuitamente pelo SEBRAE aos servidores da Prefeitura Municipal de Cabedelo. A programação abordou temas como inovação na gestão pública, modernização de processos, transformação digital e a plataforma Contrata+Brasil, proporcionando troca de experiências e novos conhecimentos voltados ao aprimoramento dos serviços públicos. Agradecemos à Prefeitura Municipal de Cabedelo, à SEDEP e ao Sebrae pela realização da capacitação e pela oportunidade de aprimoramento oferecida aos servidores municipais.



54



UMA NOVA FASE COMEÇA: PARABÉNS PELA APOSENTADORIA! O IPSEMC parabeniza, com grande alegria e profundo reconhecimento, o(as) Guardas Municipais e demais servidores públicos que tiveram sua aposentadoria recentemente concedida. Hoje não celebramos apenas a concessão de um benefício previdenciário. Celebramos uma história! Uma trajetória construída com trabalho, compromisso, dedicação e incontáveis serviços prestados à população.A aposentadoria representa o encerramento de um importante ciclo profissional, mas também abre as portas para uma nova etapa da vida — com mais tempo para a família, para os sonhos, para os projetos pessoais e para tudo aquilo que, muitas vezes, precisou esperar durante os anos de trabalho. A maioria de hoje foram nossos amados Guardas Municipais a quem expressamos nossa homenagem especial. Vocês dedicaram anos de suas vidas à missão de proteger, cuidar e servir. Cada plantão, cada desafio enfrentado e cada serviço prestado fazem parte da história do nosso Município. Aos demais amados servidores aposentados, igualmente, deixamos o nosso muito obrigado! O serviço público é feito de pessoas, e cada servidor contribuiu, à sua maneira, para a construção de uma cidade melhor. A aposentadoria não é o fim de uma caminhada. É o reconhecimento de uma caminhada que valeu a pena. O IPSEMC sente-se honrado em participar deste momento tão significativo e reafirma seu compromisso de cuidar, com responsabilidade, respeito e excelência, daqueles que dedicaram parte de suas vidas ao serviço público. Parabéns pela aposentadoria! Que Deus abençoe abundantemente esta nova caminhada e que os próximos capítulos sejam ainda mais especiais.



55

Mais uma Reunião Ordinária do CONDPREV no acompanhamento da governança previdenciária tendo em vista a enorme responsabilidade que temos em nosso RPPS.



56	 Visita especial dos Diretores da CODATA - super Empresa de Processamento de Dados da Paraíba Dr. Paulo Júnior e Dr. Marcos aos quais agradecemos pela presença em nosso RPPS, onde conversamos sobre sistemas que podem ser adequados a RPPS.
57	COI debate alinhamento da carteira de investimentos do RPPS à Resolução CMN nº 5.272/2025  Comitê de Investimentos reforça compromisso com segurança, rentabilidade, governança e conformidade na gestão dos recursos previdenciários. O Comitê de Investimentos – COI do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS realizou reunião para análise e alinhamento da Carteira de Investimentos Institucionais às disposições da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, novo marco regulatório que disciplina as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social. Durante a reunião, foram debatidos os principais aspectos da nova regulamentação e seus reflexos sobre a estratégia de investimentos do RPPS, com especial atenção ao enquadramento da carteira, aos limites de alocação, à diversificação dos investimentos, à gestão de riscos, à liquidez e à segurança dos recursos previdenciários. A Resolução CMN nº 5.272/2025 substituiu a antiga Resolução CMN nº 4.963/2021 e trouxe mudanças importantes para a gestão dos investimentos dos RPPS, fortalecendo a necessidade de uma atuação cada vez mais técnica, planejada, transparente e alinhada às boas práticas de governança. Nesse contexto, o COI realizou uma avaliação criteriosa da composição da carteira institucional, buscando identificar oportunidades de adequação e aperfeiçoamento da alocação dos recursos, sempre observando o perfil previdenciário do RPPS, suas necessidades de liquidez, os compromissos atuariais e o cenário econômico e financeiro. A reunião também reforçou a importância de que as decisões de investimento sejam fundamentadas em análises técnicas e acompanhadas permanentemente, considerando a relação entre risco, retorno, segurança e liquidez, pilares indispensáveis para a preservação e o crescimento do patrimônio previdenciário. Outro ponto de destaque foi a necessidade de fortalecimento da governança e dos mecanismos de controle, especialmente diante das novas exigências trazidas pela regulamentação. A nova norma amplia a importância da gestão de riscos, do credenciamento das instituições financeiras e da observância de critérios de governança na tomada de decisões. Para o Comitê de Investimentos, o alinhamento da carteira à Resolução CMN nº 5.272/2025 representa mais do que uma adequação normativa: é uma oportunidade de aperfeiçoar continuamente a gestão dos recursos previdenciários e fortalecer a sustentabilidade financeira do RPPS. “Investir recursos previdenciários exige responsabilidade, conhecimento técnico, prudência e visão de futuro. Cada decisão precisa estar voltada à proteção do patrimônio e à garantia dos benefícios previdenciários.” Ao promover esse processo de revisão e alinhamento, o RPPS reafirma seu compromisso com uma gestão responsável, profissional e transparente, buscando assegurar que os recursos previdenciários sejam administrados de forma compatível com a legislação vigente e com os interesses dos segurados.
58	Reunião estratégica em busca da melhoria contínua do nosso RPPS/ Ipsemc. Nossa luta não cessa porque precisamos avançar face a responsabilidade que nos envolve. Deus nos abençoe grandemente! 
59	 Mais uma reunião estratégica do COI que busca a cada momento o enquadramento no que há de melhor pela nossa previdência, por nossos segurados - nosso patrimônio maior.
60	 IPSEMC realiza reunião de Reavaliação do Planejamento Estratégico PLANEJAR, AVALIAR E AVANÇAR! O momento foi dedicado à análise das ações realizadas, dos resultados alcançados, das metas e dos desafios que precisam ser enfrentados para os próximos períodos, para o propósito maior. Mais do que revisar um planejamento, é olhar para o caminho percorrido, reconhecer avanços e definir, juntos, onde queremos chegar. Cada ação, cada servidor e cada decisão fazem parte da construção de um IPSEMC cada vez mais organizado, eficiente, transparente e comprometido com a excelência na gestão previdenciária. Porque grandes resultados começam com planejamento, compromisso e trabalho em equipe!

61	 CRP RENOVADO, pois a cada seis meses Ipsemc / Cabedelo é reavaliado pelo MPS Como é maravilhosa a consciência limpa do dever cumprido! Poucas sensações são tão leves e reconfortantes quanto a de ter a consciência tranquila pelo dever cumprido. É como respirar fundo depois de uma longa jornada e sentir que cada passo valeu a pena. Não se trata apenas de terminar uma tarefa, mas de fazê-la com responsabilidade, honestidade, verdade e empenho, colocando o melhor de si em cada detalhe. A consciência limpa é silenciosa, mas fala alto dentro de nós. Ela não precisa de aplausos, pois carrega consigo a satisfação íntima de saber que se fez o que era certo, no momento certo, da melhor maneira possível. É um descanso para o espírito e um alívio para o coração. O dever cumprido também nos fortalece. Ele nos lembra que somos capazes de enfrentar desafios, superar obstáculos e honrar compromissos, mesmo quando o caminho parece difícil. Essa paz interior é um prêmio que não se compra e que ninguém pode nos tirar. Viver com a consciência limpa é viver mais leve. É deitar a cabeça no travesseiro com serenidade, sabendo que as escolhas feitas foram guiadas pela ética, pelo respeito e pela dedicação. É, enfim, o doce privilégio de colher a paz de quem plantou o bem. É ter princípios, é ter valores que são inegociáveis! A DEUS SEJA TODA GLÓRIA! Gratidão ao nosso Prefeito, ao Presidente da Câmara, à equipe técnica do Ipsemc por cumprirem com as Obrigações Previdenciárias sob nossa responsabilidade o que é feito com muito sacrifício, trabalho exaustivo e cansativo, muita dedicação e muito carinho pelos nossos segurados: nosso Patrimônio maior!
62	O IPSEMC realizou, de forma online, uma videoconferência com especialistas, promovendo uma análise técnica da carteira de investimentos institucionais do RPPS. O encontro teve como objetivo avaliar o cenário econômico, o desempenho dos investimentos e as estratégias de diversificação da carteira, contribuindo para uma gestão cada vez mais segura, eficiente, responsável e alinhada às melhores práticas de governança. Gestão responsável, decisões técnicas e compromisso com o futuro dos nossos segurados. 
63	 Manutenção do CERTIFICADO DE QUALIDADE NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA - PRÓ GESTÃO RPPS – Nível III, sem olvidar todo o trabalho que estamos tendo visando o alcance do Nível IV – nosso sonho, nossa meta prioritária!
64	Mais uma reunião do COI fortalece a gestão dos investimentos do IPSEMC O Comitê de Investimentos do IPSEMC realizou mais uma reunião de trabalho, reafirmando o compromisso com o aperfeiçoamento contínuo da gestão da carteira de investimentos e com o alinhamento às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025. O encontro teve como foco a realização de ajustes, análises e avanços na dimensão Investimentos, fortalecendo os processos de governança, segurança, transparência e tomada de decisão. Cada reunião representa mais um passo na construção de uma gestão previdenciária cada vez mais sólida, responsável e alinhada às boas práticas do Pró-Gestão RPPS. IPSEMC — gestão que planeja, acompanha, aprimora e avança. 
65	 Sempre realizamos Reuniões Estratégicas com a Equipe visando a busca pela melhoria contínua, pois não é fácil fazer a governança previdenciária de forma que a conduzamos rumo à excelência que desejamos. Alinhar, motivar, capacitar é nosso lema diário com o objetivo de despertar as consciências quanto à nossa grandiosa responsabiidade.

66	  Participação no 4º CONGRESSO DE MULHERES DE RPPS: UMA EXPERIÊNCIA QUE LEVAREI PARA A VIDA! Tivemos a honra de estar entre mulheres que fazem a diferença na Previdência Pública e, de maneira muito especial, de subir ao palco como palestrante para compartilhar a minha história, minha caminhada e os desafios que enfrentei ao longo da minha trajetória no RPPS. Falar sobre essa caminhada não foi apenas contar uma história profissional. Foi abrir o coração e lembrar de quantas vezes precisei ser forte, recomeçar, superar dificuldades e seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia difícil. Nossa trajetória no RPPS foi construída com trabalho, coragem, dedicação, compromisso e muitas renúncias. Houve momentos em que pensei em desistir, mas sempre encontrei forças para continuar acreditando que era possível fazer diferente, fazer melhor e buscar a excelência. Estar naquele palco, diante de tantas mulheres extraordinárias, foi também olhar para trás e perceber que cada desafio enfrentado teve um propósito.O Congresso superou todas as nossas expectativas. Foram dias intensos, de muita troca, acolhimento, conhecimento e inspiração. Que a nossa caminhada continue sendo marcada por coragem, propósito e transformação. Porque mulheres que fazem a diferença não caminham sozinhas: elas abrem caminhos para outras mulheres.
67	 "*Nosso trabalho em equipe visa proporcionar sustentabilidade ao nosso RPPS*." (Léa Praxedes)

Tabela 24: Resumo de Ações / Atividades

8.14 Metas do Planejamento Estratégico 2026 em Realização plena

1- Manter a Certificação em Nível III do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – "Pró-Gestão RPPS.
2- Manter o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, através do preenchimento de trinta e cinco critérios estabelecidos por lei federal. – (meta contínua).
3- Realizar grande recadastramento (Prova de Vida) com inativos e pensionistas.
4- Realizar eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as parcerias existentes com a Prefeitura e outros órgãos. (meta contínua).
5- Manter atualizado o envio de processos de benefícios pelo Sistema On-line do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB.
6- Dar continuidade ao Programa de Profissionalização – toda a equipe do Ipsemc participando de treinamentos diversos.
7- Realizar atividades integrativas entre ativos e inativos do município com a parceria da Prefeitura e outras organizações.
8- Atender notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS (se for o caso).
9- Modernizar e Continuar a incorporação de conteúdo e serviços ao portal Ipsemc, atualização constante, pontual e transparente – ação contínua.
10- Manter o registro e tombamento dos bens patrimoniais e materiais do Ipsemc – com etiquetas contendo código de barras, visando um melhor acompanhamento, organização e controle desses bens (meta contínua);
11- Contabilização das provisões matemáticas - (meta contínua).

12- Agir de forma a cumprir as ações estabelecidas no novo planejamento estratégico do Ipsemc;
13- Alimentar regularmente o sistema próprio de registro individualizado de servidores ativos da PMC, com base nos arquivos de folha de pagamento utilizados para implantar os contracheques online, conforme prevê o Manual de Segurança da Informação – MTPSI, em consonância com as normas que regem a matéria, (meta contínua). Após censo previdenciário e atualização da base.
14- Manter o Programa de Educação Previdenciária Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades existentes (meta contínua).
15- Estudar, pesquisar e reunir Comitê de Investimentos, Conselhos Fiscal e Deliberativo, Consultoria, objetivando melhor diversificação da Carteira de Investimentos com o fito de se alcançar ou até superar a meta atuarial – (ação contínua).
16- Realizar de estudo atuarial visando à devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia. (ação contínua).
17- Lutar pela extinção do déficit atuarial;
18- Manter a prática de ações sustentáveis no que diz respeito a:

a) economia de papel (ação contínua);
b) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição (ação contínua);
c) economia de energia, água etc. (ação contínua).
d) recomendação para os servidores do Ipsemc utilizarem canecas ao invés de copos descartáveis. Na luta para realizar o Projeto Socioambiental do Ipsemc.

19- Manter a Compensação Previdenciária.
20- Manter atualizada a Manualização, mapeamentos e fluxogramas das atividades organizacionais, caso haja necessidade.
21- Lutar pela finalização da arrumação e reorganização da sede do IPSEMC em todos os setores.
22- Estar atento às novas normas e efetuar os ajustes nos fluxos processuais, bem como todas as recomendações da Auditoria do Pró-Gestão RPPS – caso haja.

8.16 Controle de Bens Patrimoniais Móveis, Imóvel, Material de Higiene, Limpeza, Consumo e Expediente conforme o Art. 15, X e XI da RN-TC nº 03/2010.

Tendo em vista a necessidade de organizar, executar, controlar e avaliar os bens patrimoniais do Ipsemc foi elaborado, após laborioso e exaustivo estudo e trabalho, e, portanto, baixado por meio da Resolução nº 001/2015 o Manual de Gestão Patrimonial do Ipsemc. Esta atividade visa a otimização física dos materiais em estoque ou em uso decorrente da simplificação de variedades, reutilização, recuperação e movimentação daqueles considerados ociosos ou recuperáveis, bem como a alienação dos antieconômicos e irrecuperáveis. Os estoques são objeto de constantes revisões e análises, assim sendo, estas atividades são responsáveis pela identificação dos itens ativos e inativos.

Com o advento do Manual de Gestão Patrimonial do Ipsemc fica claro e evidente que o controle objetiva estabelecer procedimentos para a administração do patrimônio imobilizado ou mobilizado organizar, controle e regularizar em conformidade com as normas vigentes, visto que o controle físico dos bens da Instituição tem proporcionado a nós gestores e usuários do patrimônio uma melhor compreensão da natureza e da finalidade desta atividade, além de orientar as ações dos servidores quanto ao melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio público ao efetuar o recebimento, registro, manutenção, controle e desfazimento do seu ativo permanente, através de um controle eficiente.

Na verdade, o estabelecimento de normas e regras dessa atividade objetiva oferecer a todos os que fazem o Ipsemc, orientações para uma gestão eficaz e transparente dos bens que compõem o acervo patrimonial do Instituto, a partir da correta observância quanto a recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação, e desfazimento, quando cabível, em consonância com a legislação atinente à gestão patrimonial de bens públicos.

8.17 Controle de Certidões de Tempo de Contribuição Recebidas e Emitidas

A Certidão de Tempo de Contribuição é o documento que comprova os recolhimentos previdenciários dos servidores públicos efetivos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que visa a averbação do tempo de contribuição em outro regime de previdência, ou seja, ela possibilita a contagem recíproca do tempo de contribuição entre os regimes de previdência existentes (INSS e os RPPS – federal, estadual ou municipal).

O IPSEMC vem controlando de forma efetiva o recebimento de certidões tanto do Regime Geral de Previdência Social INSS, como de outros RPPS que já vem acostada aos processos de benefícios, uma vez que é documento obrigatório para quem averbou tempo de serviços, tanto é que os processos de aposentadorias já homologados pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB estão sendo compensados normalmente.

Assim sendo, o IPSEMC elaborou o controle de certidões recebidas de outros RPPS para poder estar organizado quando for liberado o sistema de compensação previdenciária entre os RPPS. Essa ferramenta de controle é de extrema relevância para acelerar o processo do COMPREV quando de sua implantação.

ANO	CTC emitidas pelo IPSEMC
2009	3
2010	4
2011	7
2012	5
2013	10
2014	12
2015	12
2016	19
2017	19
2018	29
2019	29
2020	13
2021	14
2022	06
2023	14
2024	13
2025	13
2026	14
TOTAL	239

ANO	CTC recebidas pelo IPSEMC
1994	1
2011	1
2015	2
2016	4
2018	6
2019	5
2020	00
2021	00
2022	02
2023	03
2024	04
2025	08
2026	04
TOTAL	40

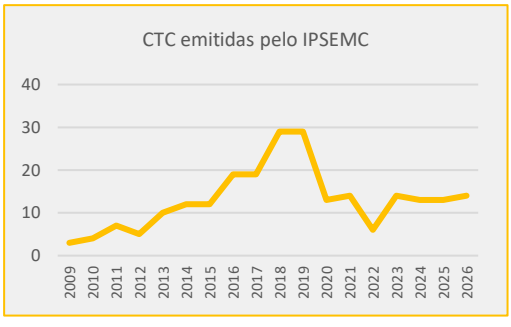


Gráfico 15 – CTCs emitidas

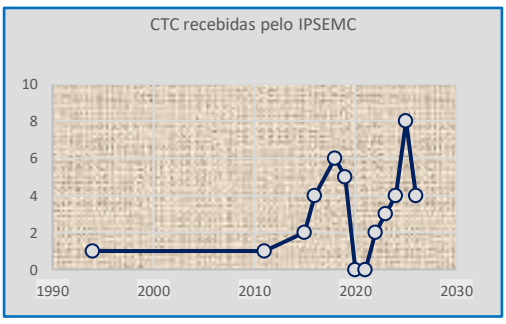


Gráfico 15 – CTCs Recebidas

8.18 Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - CONDPREV e Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV

Os Conselhos Municipais Deliberativo – Condprev e Fiscal - Confiprev são órgãos superiores de deliberação colegiada, que tem como principal objetivo estabelecer o caráter democrático e descentralizado da administração, em cumprimento ao disposto no art. 194 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, que preconiza uma gestão quadripartite, com a participação do Governo, dos servidores em atividade, dos empregadores e dos aposentados. Esses Conselhos ao longo do tempo vêm aperfeiçoando sua atuação no acompanhamento e na avaliação dos planos e programas que são realizados pela gestão previdenciária municipal, na busca por melhor desempenho dos serviços prestados à clientela previdenciária.

8.19 Publicações das Atividades dos Órgãos Colegiados

ÓRGÃO COLEGIADOS	PUBLICAÇÕES
Conselho Deliberativo	www.ipsemc.pb.pb Menu: Conselhos - CONDPREV
Conselho Fiscal	www.ipsemc.pb.pb Menu : Conselhos - CONFIPREV
Comitê de Investimentos	www.ipsemc.pb.pb Menu : Investimentos – Conselhos
As Atas dos respectivos colegiados são também publicadas no POI – Periódico Oficial do Ipsemc – publicado no www.ipsemc,pb.gov.br Menu: Publicações	

As Atas dos Conselhos e demais anexos contidos nas Abas definidas no Sistema do TCE-PB, conforme o que determina o art. 1º, XXX e XXXI da Portaria TC nº 201/2019

"Gerir um RPPS é assumir diariamente a responsabilidade pelo presente e pelo futuro de milhares de pessoas. Mesmo diante de um ano difícil, não nos é permitido perder o foco, abandonar o planejamento ou negligenciar o dever de proteger os direitos previdenciários."

(Léa Praxedes)

8.20 Considerações Finais

Continuamos com Fé, Foco e Força afirmando que ano de 2026 segue marcado como um tempo de grandes desafios. Não está sendo fácil, mas um ano que exige força emocional, equilíbrio espiritual, maturidade e perseverança. Definitivamente, 2026 não é para os fracos.

Porque quem tem fé para acreditar, foco para perseverar e força para continuar, transforma desafios em aprendizado, sonhos em realidade e propósito em conquista, para isso tem que ser forte.

Reafirmamos nosso compromisso com os segurados e beneficiários, assegurando que cada decisão tomada esteja orientada pela prudência, pelo equilíbrio financeiro e atuarial e pela proteção do patrimônio previdenciário. Tem sido um período em que muitos planos precisaram ser revistos, decisões difíceis tiveram de ser tomadas e a fé foi colocada à prova. Enfrentamos pressões, incertezas e responsabilidades que testaram nossos limites. Há momentos de cansaço, de silêncio e até de muitas lágrimas. Mas também há aprendizado, crescimento e amadurecimento.

Continuamos no Controle e Monitoramento dos Investimentos, executando:

- Reuniões, debates, vídeo conferências, com o Comitê de Investimentos;
- Análises de risco;
- Acompanhamento da carteira;
- Credenciamento de instituições financeiras;
- Relatórios mensais de investimentos;
- Conformidade com a Resolução do CMN.

Ademais trabalhamos incansavelmente para aplicar melhoria contínua todos os dias na Transparência e Publicidade. As atas, resoluções, pareceres e demais atos dos órgãos colegiados são disponibilizados:

- No Portal do Ipsemc que contém o Portal de Transparência;
- No Periódico Oficial do Ipsemc;
- Nas reuniões institucionais;
- Nas audiências públicas que realizamos;
- Nos relatórios que produzimos;
- Em canais digitais oficiais.

Também nos dedicamos com dedicação exclusiva nas atividades Administrativas institucionais desenvolvidas a cada período no âmbito da:

- Modernização administrativa;
- Digitalização de processos;
- Capacitação de servidores;
- Atualização normativa;
- Auditorias e controles internos;
- Gestão documental;
- Implantação de sistemas.

E que dizer das capacitações e eventos nos quais participamos, tendo em vista a complexidade da governança previdenciária onde lidamos com variáveis internas e externas, sen-

do que estas não estão sob o nosso controle. São congressos, seminários, simpósios, mesas redondas, vídeo conferências, cursos específicos, certificação profissional e institucional, entre tentos outros.

Tudo isso tem revelado quem somos de verdade. Revela caráter, compromisso, coragem e fé, força e foco. Mostra que resistir já é uma forma de vencer. Que continuar, mesmo sem todas as respostas, é um ato de coragem. Que confiar em Deus, quando tudo parece contrário, é sinal de maturidade espiritual. Sob tudo isto ainda podemos contar com projetos em pleno desenvolvimento, a saber:

- Educação previdenciária;
- Programa de governança;
- Recadastramento / Prova de Vida;
- Programa de preparação para aposentadoria;
- Melhoria dos sistemas digitais.

Evidenciando inclusive as ações de transparência e comunicação institucional realizadas diuturnamente**:**

- Publicações em redes sociais;
- Notícias institucionais;
- Campanhas educativas;
- Divulgação de informações previdenciárias;
- Audiências públicas;
- Informativos digitais.

Reafirmamos: se eu e você chegamos até aqui, saibamos: eu e você somos mais fortes do que imaginamos. O que não nos destruiu, nos fortaleceu. O que tentou nos parar, nos preparou. 2026 pode está sido difícil, mas também pode ser um ano que forjará vencedores.

Que as lições desse tempo nos tornem mais sábios, mais humanos e mais dependentes de Deus. E que, ao olhar para trás, possamos dizer com convicção: sobrevivemos, aprendemos e seguimos em frente — porque 2026 não é para os fracos, é para os perseverantes.

Em síntese reafirmamos o nosso compromisso com a transparência, responsabilidade fiscal, sustentabilidade atuarial e melhoria contínua da governança previdenciária, buscando assegurar a proteção previdenciária dos segurados e a eficiência na administração dos recursos públicos.

E você que nos acompanha, siga com fé, foco e força!

1. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

I- Introdução

O Conselho Deliberativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS-Ipsemc, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião ordinária foi apresentado para analisar o Relatório de Governança da Gestão Previdenciária – 3º Trimestre do Exercício 2026, documento que consolida as práticas, controles, mecanismos de transparência e ações institucionais realizadas durante o período de referência. O presente parecer tem por finalidade registrar a deliberação deste colegiado quanto à adequação, consistência e conformidade das informações apresentadas.

II- Análise do Relatório de Governança

Após apreciação detalhada, o Conselho Deliberativo constatou que o Relatório de Governança referente ao 3º trimestre de 2026:

1. Atende às diretrizes normativas vigentes, demonstrando alinhamento com os princípios de legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade fiscal aplicáveis ao RPPS.

2. Apresenta de forma clara as estruturas de governança adotadas pela gestão previdenciária, incluindo:

    - Mecanismos de liderança e responsabilidades definidas;
    - Processos de gestão estratégica e gestão de riscos;
    - Estrutura de controle interno;
    - Instrumentos de integridade, conformidade e auditoria;
    - Indicadores de desempenho e monitoramento, conforme delineado pelo planejamento estratégico.

3. Evidencia boas práticas de governança, destacando avanços em planejamento, gestão atuarial, gestão de investimentos, atendimento aos segurados e modernização administrativa.

4. Demonstra coerência entre metas, resultados e ações executadas, mostrando progressos em áreas essenciais da gestão previdenciária, com registros de atividades, relatórios, normativos e comprovações documentais.

5. Apresenta recomendações para melhorias contínuas, reforçando o compromisso com a sustentabilidade do regime e com a maturidade das práticas de governança.

III- Conclusão

Diante da análise efetuada, o Conselho Deliberativo considera o Relatório de Governança adequado, completo e em conformidade com as exigências legais e técnicas, retratando de forma fidedigna a realidade da gestão previdenciária.

Assim, este Conselho emite parecer favorável à aprovação do Relatório de Governança da Gestão Previdenciária do RPPS – 2026, referente ao 3º Trimestre do Exercício de 2026, sua publicação e arquivamento, conforme estabelece a legislação pertinente e as normas internas.

IV- Deliberação

O Conselho Deliberativo, por unanimidade, **APROVA** o Relatório de Governança da Gestão Previdenciária do RPPS referente ao trimestre analisado.

Cabedelo-PB, 26 de outubro de 2026.

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

LÉA SANTANA PRAXEDES
Conselheira Presidente

WILMA ALVES DE LIMA-
Conselheira Secretária

JULIANA DE LIMA SILVA-
Conselheira

MARILEIDE LOURENÇO DA SILVA
Conselheira